

-----ATA N.º 3 DE 26 DE ABRIL-----

----Aos vinte e seis de abril de 2023, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----1 – Proposta n.º 5/CM/2023 - Discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2022, do Município de Torres Vedras;-----

----2 – Proposta n.º 6/CM/2023 - Discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Atividades, do ano de 2022, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;

----3 – Proposta n.º 7/CM/2023 - Discussão e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2023 do Município de Torres Vedras; -----

----4 – Proposta n.º 8/CM/2023 - Autorização da repartição de encargos da despesa que consagre os anos de 2023 a 2029 para aluguer operacional de 2 veículos de recolha e transporte de resíduos urbanos, novos e sem uso – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras; -----

----5 - Proposta n.º 9/CM/2023 - Discussão e votação do Plano de Ação Para a Energia Sustentável e o Clima - (PAESC) Torres Vedras 2050;-----

----6 - Proposta n.º 10/CM/2023 - Discussão e votação do Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Ação Climática (CMAC); -----

----7 - Proposta n.º 7/AM/2023 - Apreciação do Relatório Anual de 2022 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras; -----

----8 – Apreciação dos Relatórios de Atividades de 2022;-----

----8.1 – Proposta n.º 8/AM/2023 - Representantes da Assembleia Municipal em diferentes entidades; -----

----8.2 – Proposta n.º 9/AM/2023 - Comissão Permanente de Economia e Demografia;-----

----8.3 - Proposta n.º 10/AM/2023 - Comissão Permanente de Saúde; -----

----8.4 – Proposta n.º 11/AM/2023 - Comissão Permanente de Sustentabilidade: Mobilidade, Território e Ambiente; -----

----9 - Informação das comissões;-----

----10 - Proposta n.º 12/AM/2023 - Apreciação de informação da presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município; -----

----Informação sobre competências delegadas:-----

----10.1 - Proposta n.º 13/AM/2023 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 30/11/2021); -----

----10.2 - Proposta n.º 14/AM/2023 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2021); -----

----- 11 - Proposta n.º 15/AM/2023 - Votos, moções e recomendações.-----

-----Presidiu o presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Correia, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Maria Leonor Marques Marinheiro (segunda secretária).-----

-----Estavam presentes os deputados municipais que se passam a indicar:-----

-----Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Susana Maria Ribeiro Neves, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rui Manuel Estrela da Silva, Rui José Prudêncio, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, Marta Filipa Sousa Geraldês, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, José António do Vale Paulos, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Ilídio Paulo Antunes dos Santos, Carlos Alberto Pontes Filipe, Sónia Alexandra Ferreira Patrício, António João Leal da Costa Bastos, Sérgio Augusto Nunes Simões, Tomás Horta Lourenço, Ana Isabel Marques Fiéis, Andreia Filipa Alves Caldas, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, António Espírito Santo, António José Silva Alves, Luis Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Luis Manuel Rodrigues Lopes Costa (em substituição de José Francisco Damas Antunes), Miguel Pinheiro da Silva (em substituição de Nuno Carlos Lopes Pinto), João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, David Alves Gomes Lopes, Paulo Dinis Faustino Valentim (em substituição de António Carlos Nunes Carneiro) e Ana Paula Santos Mota (em substituição de Francisco Artur Gomes Corvelo).-----

-----Faltaram os membros António Ferreira dos Anjos, Renato António Cabral Rodrigues Monteiro e Humberto Manuel Sebastião Gomes.-----

-----Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara Municipal Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco, Francisco João Pacheco Martins, Diogo Ribeiro Oliveira Guia, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira e Dulcineia Basílio Ramos. --

-----Depois das habituais notas prévias, **o presidente da Mesa**, reportou-se à sessão solene do 25 de abril, que teve lugar no dia anterior nesta mesma sala, agradecendo a todos os que estiveram presentes, que muito dignificaram o ato, e dignificaram sobretudo a Assembleia Municipal através dos vários discursos que foram proferidos. Referiu também que os diferentes eventos do programa das comemorações foram não só apropriados como bem organizados e a todos os que se envolveram nesta organização expressou um bem-haja pelo trabalho realizado. --

-----De seguida deu início ao período aberto à intervenção do público, para o qual a Mesa tinha recebido uma inscrição:-----

ACESSOS – FREGUESIA DE RUNA:-----

-----O cidadão **Carlos Manuel da Silva Ferreira**, teceu algumas considerações sobre o caminho do Catelão, que necessita da devida atenção dos serviços camarários, pois fica todo inundado

quando chove muito, e a seu ver é necessário fazer valetas, devido à dimensão das águas que correm depois das terras circundantes.-----

----Referiu-se também ao caminho que vai da Louriceira ao Figueiredo, que agora está sem acesso porque um senhor comprou a propriedade e tapou o caminho público, uma situação inaceitável e que não pode acontecer no século XXI.-----

----Por último disse que é vedor desde os 12 anos de idade, sempre trabalhou com água e continua a trabalhar, disponibilizando os seus serviços à autarquia.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA: -----

----O primeiro secretário António Fortunato leu a correspondência recebida pela mesa, tendo sido numerados e rubricados seis documentos, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das atas.-----

DOCUMENTO 1: -----

SUSPENSÃO DO MANDATO: -----

----E-mail de Francisco Artur Gomes Corvelo, de 19 de abril, que devido a deslocação imperiosa e inadiável aos Açores, solicita, nos termos legais e regimentais, a suspensão do mandato de deputado municipal e consequente substituição entre os dias 26 do corrente, inclusive, e o dia 18 de maio.-----

----Ao abrigo do n.º 4 do art.º 76.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, foi convocado para a efetividade durante o referido período, Miguel Jorge Santos Samarão, que por sua vez no dia 26 de abril informou que por motivos de apoio à família, por questões de saúde, teve que se deslocar à ilha da Madeira pelo que seria substituído na sessão por Ana Paula dos Santos Mota, que se encontrava presente. ----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO Art.º 78.º DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

DOCUMENTO 2: -----

----Mensagem de António Carlos Nunes Carneiro, de 24/04/2023 a solicitar por motivos de saúde, a sua substituição na sessão. -----

----Por indicação do líder da bancada foi convocado Paulo Dinis Faustino Valentim, que se encontrava presente. -----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ALÍNEA C) DO ART.º 18.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

DOCUMENTO 3: -----

----E-mail do presidente de junta da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, José Damas Antunes, de 11/04/2023 a informar que vai integrar uma missão humanitária a Guiné

Bissau, entre os dias 15 e 19 de abril, pelo que não poderá estar presente na sessão que se realizará este mês e se fará substituir pelo secretário da junta Luis Manuel Costa.-----

DOCUMENTO 4: -----

-----E-mail de Nuno Pinto, presidente de junta da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, de 26/04 a informar que não poderá estar presente na sessão ordinária de abril, e em sua substituição irá o secretário da junta Miguel Pinheiro Silva. -----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA: -----

DOCUMENTO 5: -----

-----E-mail de António Augusto Ferreira dos Anjos, de 26/04 a informar que por motivos pessoais não poderá estar presente na sessão comemorativa do 25 de abril e na sessão ordinária de 26 de abril.-----

DOCUMENTO 6: -----

-----Mensagem de Renato António Cabral Rodrigues Monteiro, de 26/06 a informar que por motivos pessoais não lhe foi possível comparecer à sessão solene do 25 de abril e que por motivos de trabalho não poderá participar nesta sessão de hoje. -----

-----Por último o primeiro secretário deu nota, por indicação do líder da bancada do UTV, que o deputado municipal Humberto Gomes, pediu a justificação da sua falta, uma vez que teve que prestar apoio à sua mãe, por motivos de saúde, pouco antes da hora prevista para realização desta sessão.-----

-----A Assembleia Municipal apreciou o pedido de suspensão e tomou conhecimento da correspondência recebida.-----

COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL:-----

-----Nesta sua primeira intervenção a **presidente da Câmara** sublinhou as palavras do presidente da assembleia relativamente às comemorações do aniversário do 25 de abril, saudando todos os que estiveram presentes e particularmente os deputados municipais pela urbanidade e pela qualidade dos seus discursos. -----

-----Também deixou um agradecimento a todos os que organizaram as comemorações, pelo empenho e entusiasmo que dedicaram a estas atividades, em especial à União de Freguesias de Carvoeira e Carmões pela qualidade do espetáculo realizado na noite de dia 24, ao qual a Câmara Municipal se associou e à Junta de Freguesia do Ramalhal, que teve a seu cargo grande parte da inauguração do espaço da Azenha da Ponte.-----

ABRIL – MÊS DA SAUDE: -----

-----A *deputada municipal Susana Neves* também se reportou à sessão solene do 25 de Abril e a todos os discursos que no dia anterior nesta mesma sala se fizeram ouvir, que no seu entender se podiam resumir ao chavão “sentido de vida” sendo nesse propósito a missiva de hoje, amanhã e

depois de amanhã e assim continuar a fazer a diferença no sentido de vida de todos os torrienses.

-----Nesse propósito a sua intervenção surge pelo reconhecimento que a Ordem dos Psicólogos Portugueses faz ao município de Torres Vedras sobre o sentido de vida que tem desenvolvido com os mais seniores, distinguindo-o pela segunda vez, com selo “Comunidade para o envelhecimento”. -----

-----Acrescentou que muitas têm sido as intervenções que neste plenário tem proferido sobre os planos, programas e projetos, no âmbito da população em envelhecimento, desde a formação que tem sido dirigida aos cuidadores formais, às atividades da neurolinguística e da arte, prevenção da inatividade intelectual e da demência. Também ao nível do desporto sénior muito se tem desenvolvido há muitos e longos anos, na prevenção da imobilidade, dor e doenças crónicas, os projetos vigilância, prevenção da violência, intervenção económica e habitacional, o próprio voluntariado sénior na valorização do papel social, das aptidões, e no combate ao isolamento social.-----

-----Assim saudou o executivo municipal por todo o mês de abril dedicado ao Mês da Saúde, uma vez que desde o dia 1 de abril que mais de 2 dezenas de entidades torrienses dedicadas à saúde, entre as quais destaca o Centro Hospitalar do Oeste e também o ACES Oeste sul, que numa simbiose, têm oferecido *workshops*, rastreios, sessões de esclarecimento, medicinas alternativas experimentais e também sessões de informação nas áreas de gestão terapêutica, temáticas pediátricas e saúde mental, num evento empenhado, não só na prevenção primária, mas em muito na prevenção quaternária. -----

-----Deu nota ainda que esta prevenção fornece conhecimento, e literacia na e para a saúde, e conhecimento que permite a cada um decidir o que não quer para a sua saúde e otimizar mais cedo o envelhecer e permite compreender que a saúde não se restringe a um diagnóstico e que a doença também não se cura somente com medicação e que há muito, mas muito mais na saúde, para que a doença não se instale ou não evolua, e de facto, a prevenção quaternária, a literacia na saúde é sem dúvida uma missão de continuidade a investir, tal como nestes projetos municipais na saúde, solicitando e fazendo votos da sua réplica e da sua continuidade.-----

-----A **presidente da câmara** agradeceu a referência ao reconhecimento feito à autarquia como comunidade para o envelhecimento, dando nota que é um processo que começou há bastante tempo, e que, ao longo dos anos tem sido melhorado substancialmente, tendo em atenção os mais velhos que têm um lugar profundamente importante na sociedade, incluindo muitas atividades intergeracionais, que dá mais valor ao que é realizado.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

50 ANOS DO PS: -----

-----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes*, em nome do PSD de Torres Vedras, interveio, no

sentido de parabenizar o PS pelos seus 50 anos de história como justo reconhecimento pelo o seu papel na construção da democracia em Portugal pese embora as naturais e saudáveis diferenças ideológicas que os separam. -----

----Reforçou que o PS tem sido uma das forças políticas mais importantes do país desde a sua fundação em 1973, tendo sido tal facto por demais evidente no período revolucionário de 1974 a 1976.-----

----Salientou ainda que o Partido Socialista tem muitas vezes, em acordo com o PSD, nomeadamente em sede de revisões constitucionais, mais concretamente a de 1982 e a de 1989, assumido um papel decisivo no desenvolvimento e evolução do país, e nessas alturas e em muitos momentos defenderam em conjunto, ressalvadas as naturais diferenças, a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva dos direitos dos trabalhadores, a igualdade de género, a proteção do ambiente e muitas das causas que são fundamentais para o desenvolvimento sustentável do país.-----

----Expressou respeito pelo Partido Socialista e por todos os seus membros que ao longo dos 50 anos da sua história, tem trabalhado em prol destes objetivos, reforçando os votos de parabéns com o desejo que por muitos mais anos possa contribuir, em conjunto com o PSD e demais partidos e forças democráticas, para o desenvolvimento de Portugal e para o bem-estar e qualidade de vida dos portugueses. -----

----A **presidente da Câmara** agradeceu ao deputado por ter apresentado esta congratulação pelos 50 anos do Partido Socialista que todos os orgulha, lembrando que os partidos políticos são essenciais para o funcionamento da democracia e da própria liberdade.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

“FARMÁCIA DE ATIVIDADE FÍSICA” - “SERINGAS SÓ NO AGULHÃO: -----

----A *deputada municipal Maria Manuela Pacheco* começou por lembrar o muito que se tem falado de saúde e da necessidade que urge em prevenir a doença, criando condições para a deteção precoce ou promoção de hábitos de vida saudáveis. -----

----Nesta sequência vinha saudar o executivo camarário por duas iniciativas que muito os devem lisonjear e sensibilizar, pois, tanto uma como outra, reflete uma preocupação com a saúde e bem-estar dos cidadãos e ainda com o meio ambiente. -----

----Referiu-se concretamente à “Farmácia da Atividade Física”, que foi apresentada no princípio do mês de abril, no LabCenter e tem como finalidade a promoção de estilos de vida saudável, contributo, prevenção da doença e promoção da saúde, tendo por base a prática do exercício físico, ou seja os Torrienses interessados ou necessitados com mais 35 anos serão avaliados por um profissional do exercício físico, numa consulta gratuita, e encaminhados para o tipo de exercício que mais se adequa às suas necessidades.-----

-----Sobre esta iniciativa deixou a nota que pela sua proximidade com a população, pelos horários alargados e ainda com o conhecimento sobre o historial clínico de cada utente, as farmácias do concelho serão um dos principais referenciadores de utentes a utilizar este serviço. -----

-----Depois deu nota que, avaliado o impacto da implementação durante o último ano da iniciativa “Seringas só no agulhão” foi entendimento da autarquia continuar este serviço de recolha e tratamento de resíduos, fazendo do concelho de Torres Vedras, o primeiro do país a dar resposta a uma necessidade básica, endereçando parabéns pela decisão, com a qual ganham os cidadãos e o ambiente. -----

-----A **presidente da câmara** agradeceu as referências à “Farmácia da Atividade Física”, um projeto que já estava em prática algum tempo antes da pandemia, e que conta com diversos parceiros, entre os quais as farmácias e que visa a promoção e tratamento dos problemas de saúde que ocorrem na nossa sociedade. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MÉDICOS DE FAMÍLIA – USF: -----

-----O *deputado municipal Jorge Santos* começou por lembrar que na última assembleia, o deputado Rui Prudêncio lançou um repto ao UTV relativamente a uma questão que foi levantada e que fez parte de uma publicação do jornal Badaladas no dia 3 de fevereiro. -----

-----Mais lembrou que foram encaminhados para uns diplomas que não conheceriam, para despachos normativos, para um decreto-lei e acusados de terem uma posição demagógica, mas não vê nestes diplomas impossibilidade nem consegue acompanhar o duto raciocínio do deputado.-----

-----Com efeito, não consegue verificar no diploma que permite a instituição das unidades de saúde familiar, nenhum impedimento. Conhecem a forma e o modo de formular, de propor, de apresentar a candidatura, conhecem também as restrições e as condições prévias, e os condicionalismos que as informam, e, portanto, a questão é ser apresentada a candidatura nesse sentido.-----

----- Disse ainda que a outra forma de olhar para isto é através de um conjunto de iniciativas que têm sido conduzidas, quase todas situadas em Lisboa e Vale do Tejo, ou seja, 17 câmaras PS, 19 PSD e 2 câmaras independentes. Traduz-se num conjunto de auxílios que as câmaras efetivamente se predispõe a fazer, e não há aqui nenhuma ilegalidade, até porque verificou que, por exemplo, da Câmara de Castelo de Paiva, fundamenta a iniciativa no regime jurídico das autarquias locais, a partir dos artigos 25.º e 33.º, (competências) e, no art.º 23 n.º 1 e n.º 2 diz que “constituem atribuições do município, a promoção e salvaguarda de interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias e elenca de seguida no n.º 2, um conjunto de atribuições entre elas na alínea g) do número 2, consta a saúde, seguindo, a partir

daqui, toda a tramitação e acaba por determinar com a emissão e a publicação do regulamento em Diário da República. -----

-----Elencou também algumas outras das iniciativas que vão desde formulações e pagamentos monetários, programas de incentivos à fixação de médicos, cedência de casa, ou participam com despesas com habitação, pagamentos a médicos e a existência de projetos-piloto, ou seja outra forma de olhar para estas questões da saúde com a preocupação de minimizar os problemas das populações locais e foi nesse sentido, pode não ter sido a melhor forma ou o melhor entendimento, mas foi esse o sentido da intervenção e foi essa a vontade que sempre impulsionou o UTV. -----

-----Reforçou que tentaram contribuir, tentaram trazer à discussão, alguma utilidade no sentido de aligeirar estes problemas que se agravam como se tem visto, bastando ver que o número de utentes sem médico de família era 13.000 habitantes e vão quase em 39.000, portanto, estão a piorar grandemente. -----

-----Sobre este assunto o *deputado municipal Rui Prudêncio* disse que a melhor forma que têm de enganar as pessoas é misturar tudo no mesmo saco, e o que assistiu por parte do UTV foi exatamente isso, porque a tentativa de justificar aquilo que foram as propostas apresentadas na última Assembleia Municipal por este grupo, não foram aquelas que hoje foram aqui elencadas, ou seja, o que foi proposto foi a criação e financiamento de uma USF, tendo inclusive sido avançado o valor de € 250.000 euros por ano, que não é da competência da autarquia, e foi isso que foi dito.

-----Relativamente às medidas hoje elencadas, como apoios paralelos à fixação de profissionais de saúde, é óbvio que podem encontrar algumas plataformas nas competências da Câmara Municipal, mas não foi aquilo que foi proposto e não foi aquilo que foi dito e, portanto, misturar “alhos com bugalhos” é a melhor forma de enganar as pessoas.-----

-----Reforçou que o pagamento de incentivos pecuniários diretos aos médicos para a fixação dos mesmos é da competência exclusiva do Ministério da Saúde que, por despacho, todos os anos define quais são os territórios carenciados e atribui a esses territórios incentivos financeiros para os médicos se fixarem lá. -----

-----Disse ainda que existem por este país fora inúmeros exemplos de soluções criativas para a atração médicos, mas nenhuma passa por isto e, portanto, não estão disponíveis as discutir. Para todas as outras, estarão disponíveis.-----

-----O *deputado municipal Jorge Santos* lamentou o facto de não conseguir acompanhar o raciocínio, nem a tentativa de defesa e gostaria que o diálogo tivesse alguma elevação e não se escudassem em palavras ou expressões, “tentar enganar a terceiros”.-----

-----Frisou que a posição do UTV nunca é de enganar ninguém, mas antes tentar, conhecendo as suas limitações, contribuir modestamente para a solução, lembrando as palavras do deputado Rui

Prudêncio no dia 28 fevereiro, “eu deixaria aqui o repto ao grupo do UTV no sentido nos conseguirem fazer chegar o quadro leal, que iria permitir a contratação destes 5 médicos.”-----

-----Referiu-o expressamente, há pouco, quando mencionou o despacho normativo n.º 9/2006, que, tudo aquilo que foi referido anteriormente pelo deputado Rui Prudêncio não são senão condicionalismos que estão previstos e essa proposta de criação de uma USF passa, obviamente, pelo cumprimento e pelo respeito daquilo que são os ditames e as determinações legais e, portanto, foi nesse âmbito que foi colocada. -----

-----Salientou que nunca foi dito que as propostas que o UTV circunscrevia, eram apenas e só a isto, pois já em momentos anteriores tinham sido adiantadas outras soluções.-----

-----Como referiu todas as iniciativas têm o seu fundamento no regime jurídico das autarquias locais, compaginadas, com a comparação entre proveito e o custo e o proveito da admissão e efetivamente da utilização e da colocação em vigor deste tipo de medidas é claramente superior ao custo. -----

-----Por sua vez o *deputado municipal Luis Carlos Lopes*, disse folgar que o UTV, que está pela primeira vez nesta Assembleia Municipal, pense nestes temas e também fica contente com a posição diferenciada em relação ao mandato anterior, do deputado municipal Rui Prudêncio, quando por diversas vezes, o PSD apresentou, quer ao Executivo quer à Assembleia Municipal propostas de incentivos dos mais diversos. -----

-----Assim, recomendou que acompanhassem a autarquia de Reguengos de Monsaraz, que tem propostas muito interessantes neste âmbito.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimentos. -----

MULTA – FREGUESIA DA PONTE DO ROL: -----

-----O *presidente de junta da freguesia da Ponte do Rol, Pedro Vaza*, interveio no sentido de dar nota de uma multa passada a um veículo da junta que foi autuado no parque junto à PSP porque estava fora das linhas, tendo a esse propósito ficado a saber por um fiscal da Promotorres que o parque da Expotorres, não está consignada à fiscalização, questionando a veracidade desta informação. -----

-----A *presidente da câmara* confirmou a informação dada pelo fiscal relativamente às áreas de fiscalização, pois faz parte de uma das limitações relativamente às áreas que estão definidas há já bastantes anos. -----

-----Mais informou que neste processo de reorganização, pretendem, no âmbito da mobilidade, corrigir algumas áreas que estão identificadas como áreas da responsabilidade da fiscalização da empresa municipal sendo este estacionamento da Expotorres referido pelo autarca um caso a rever. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

DOAÇÃO DE TERRENOS AO LAR DE S. JOSÉ:-----

-----O *presidente de junta da freguesia da Ponte do Rol*, **Pedro Vaza** disse que pretendia deixar ao plenário para reflexão, algumas considerações sobre o assunto em título, referindo que em agosto de 2018, faleceu um freguês da Ponte do Rol chamado José Maximino Vaza dos Santos, que legou ao Lar de S. José uma propriedade conhecida como “Quinta do Páteo” em Benfica, com o valor aproximado de 600 ou 700 mil euros, pretendendo que se destina-se à construção de um lar, preferencialmente para trabalhadores agrícolas, a colocar em funcionamento num prazo de 10 anos, a partir da data da sua morte, mas ainda não passaram 5 anos e o Lar de S. José já vendeu a propriedade.-----

-----Após ter pedido uma reunião ao lar em causa, recebeu como resposta por escrito, que a junta de freguesia, mesmo tendo dois tipos de competência, material e funcional, a que corresponde um vasto leque de atribuições, não legitima a pretensão que almejavam, ou seja, que não tinham nada a ver com este assunto.-----

-----Reforçou que se calhar é verdade, mas o que o lar fez não é de bom tom para ninguém, descredibiliza, não tem honradez, é pouco ético, e não sabe se é legal.-----

-----Mais reforçou que sabe qual era a vontade do senhor José Maximino e o queria fazer das suas propriedades, mas ele neste momento não se pode defender, nem o seu nome vai aparecer em lado nenhum, o que considera grave.-----

-----A **presidente da câmara** apenas comentou que todos têm a melhor impressão da instituição em causa e do trabalho credível e importantíssimo que há muitos anos faz na comunidade.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PROMOTORRES E.M.:-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* reportou-se a um artigo veiculado pelo jornal Badaladas no passado 14 de abril, sobre o estudo encomendado para reestruturação da Promotorres, que refere que “os constrangimentos identificados incidem sobretudo sobre o modelo de administração, a imagem da empresa municipal, a relação com clientes, fornecedores, município, recursos humanos, dependência financeira, subsídios à exploração”, ou seja, quase tudo nesta empresa municipal parece que efetivamente são constrangimentos.-----

-----O mesmo artigo refere também que vai haver uma transferência operacional da equipa de produção de eventos, da câmara municipal para a Promotorres, depreendendo que ficará a seu cargo a produção de todos os grandes eventos municipais, ou seja, o estudo recomenda pôr tudo nas mãos da Promotorres, em termos de organização. Prevê também uma reorganização, adotando numa gestão mais eficiente dos parques de estacionamento, portanto, no alargamento dos horários, coisa que o CDS já tinha mencionado várias vezes.-----

-----Por fim, recomenda um plano de monitorização da atividade da empresa, com avaliações

periódicas, questionando se já se sabe como é que vão ser feitas estas avaliações periódicas e por quem.-----

-----Desta forma, acha que este estudo acaba por ser o maior atestado de incompetência à administração da Promotorres, porque diz que quase tudo é mau, e se ele fosse o presidente desta empresa municipal já se tinha ido embora. -----

-----A **presidente da câmara** informou que o aludido artigo resultou da apresentação na Assembleia Geral da Promotorres de um projeto para a reorganização da atividade com base nas lacunas que foram encontradas pelo diagnóstico operacional elaborado pela empresa PricewaterhouseCoopers, mas também das propostas de melhoria apresentadas que irão ser trabalhadas e implementadas de uma forma faseada até junho, no âmbito da governança, da relação com os *stakeholders*, recursos humanos, performance financeira e competências.-----

-----Relativamente às competências da Promotorres o diagnóstico coloca a organização e produção de eventos, como uma das atividades mais apreciada, fazendo sentido centralizar a produção de eventos nesta empresa municipal, transferindo também os operacionais que estão ligados a esta atividade, esperando que funcione da melhor maneira. -----

-----Continuou afirmando que com esta reorganização querem ter uma empresa mais profissional do que aquilo que é neste momento, onde o presidente do conselho de administração possa efetivamente assumir as competências de presidente do conselho de administração, em vez de andar a fazer a gestão de um evento ou gestão de conflitos no âmbito da fiscalização.-----

-----Por outro lado, importa que a Promotorres fique capacitada para procurar fontes de financiamento que sejam complementares ao financiamento dado pela Câmara Municipal, através de uma melhor estratégia comercial nos eventos e através da melhor gestão dos espaços que tem à sua guarda para explorar, ou ainda através de candidaturas, sendo esse o caminho que ambicionam para a Promotorres, para bem da empresa e de todos os torrienses. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MÉDICO DE FAMÍLIA - CARVOEIRA - URGÊNCIAS DO HOSPITAL: -----

-----A *deputada municipal Paula Mota*, lembrou que já no mandato anterior, a saúde no concelho foi muito debatida, infelizmente, sem surtir os efeitos que esperavam e a situação tem-se vindo a deteriorar, sobretudo nas freguesias, uma vez que sabe, por utentes, que o centro de saúde de Torres Vedras está a funcionar para quem tem médico de família. -----

-----Relativamente às freguesias, deu nota que a Carvoeira, onde reside, não tem médico de família, e para colmatar esta lacuna, um grupo de cidadãos, a junta de freguesia e a Assembleia têm feito grandes esforços, em conjunto com o PCP e a CDU que também fizeram um abaixo-assinado que contou com quase metade da população, mas infelizmente não obtiveram sequer resposta a acusar a sua receção. -----

----Pensa que têm que se unir a uma voz só e para além do que a Câmara Municipal, e do que o Estado a nível do Ministério da Saúde possam fazer, todos têm que ser mais pró-ativos, pois acha que não têm conseguido trazer a população a esta situação que é tão má para todos. -----

----Por último alertou para o que se está a passar nas urgências do hospital de Torres Vedras e que a população, sobretudo a mais carenciada, está a passar neste momento por sérias dificuldades para se manter com saúde. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----Teve início o período da ordem do dia.-----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

----O **presidente da Mesa** colocou à votação a ata n.º 1 de 28 de fevereiro de 2023 tendo a Assembleia Municipal aprovado por unanimidade o texto da ata apresentada. -----

----De seguida submeteu à consideração do plenário o pedido formulado pelo líder do grupo municipal do PS, Rui Prudêncio de alteração à ordem de trabalhos, de modo a que passassem de imediato ao ponto 11, a qual foi aprovada por maioria com 32 votos a favor e 5 votos contra dos deputados municipais do UTV.-----

11 - PROPOSTA N.º 15/AM/2023 - VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES:-----

----O **presidente da Mesa** leu o voto em título que as seguir se transcreve na íntegra. -----

VOTO DE LOUVOR – 50.º ANIVERSÁRIO DO PS:-----

----“Desde os tempos da resistência à ditadura até hoje, o que de mais fundamental se fez no nosso País, para defender, afirmar e construir a democracia foi feito com o PS.-----

----Também foi com o PS que se construiu aquilo que garantiu o progresso do país e melhorou a vida das portuguesas e dos portugueses.-----

----Do Estado social à integração europeia, da descentralização, com os autarcas que investem num futuro melhor para as suas comunidades, às autonomias regionais da Madeira e dos Açores, da modernização económica e social ao desenvolvimento humano, o PS teve sempre na linha da frente dessas conquistas. -----

----Ao se assinalar o 50.º aniversário da fundação do PS (19 de abril de 1973), vem a Assembleia Municipal de Torres Vedras louvar a ação do PS, pela sua importância fundamental na construção e na consolidação da democracia portuguesa. -----

----Este Voto de Louvor será enviado aos Órgãos Dirigentes do PS, Locais, Regionais e Nacionais. -----

----“O Grupo Municipal do Partido Socialista”.-----

----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 32 votos a favor e 5 abstenções dos eleitos do UTV, Jorge Santos, Rui Estrela, Ilídio Gomes Ana Teresa Carvalho e Andreia Caldas, aprovar o voto de louvor em título.-----

MOÇÃO – CUIDADOS DE SAÚDE PRESTADOS PELO ACES OESTE SUL: -----

-----“A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida nesta data, analisou uma vez mais, o quadro crescentemente angustiante dos cuidados primários de saúde prestados pelo Agrupamento dos Centros de Saúde Oeste Sul (ACES Oeste Sul), no nosso concelho. -----

-----Considerando que: -----

-----Confrontamo-nos com uma crescente falta de respostas neste âmbito, em clara violação do direito fundamental à proteção da saúde. Nos últimos 3 anos passámos de 13 mil para 35 mil torrienses sem médico de família. O que significa quase 50% dos torrienses sem médico de família. -----

-----Esta situação assume maior gravidade nas freguesias rurais, onde são deixados à sua sorte, em regra sem alternativa de recurso a serviços privados, os mais idosos, os doentes crónicos e, em geral, as famílias de menores recursos económicos. -----

-----O responsável desta estrutura é o respetivo diretor, importa sublinhar a sua incapacidade de promover a atração de médicos de família para preencher as vagas abertas pelo Ministério da Saúde, por um lado. Por outro, é igualmente manifesta a sua incompetência para reter os profissionais que aqui se formam e prestam serviço. -----

-----Estamos perante um quotidiano de acomodação e passividade, numa atitude em tudo contrária ao que é exigido. -----

-----Os eleitos locais a quem as populações se dirigem em primeira mão em desespero - o executivo camarário e em particular os presidentes de junta – esbarram com a total indiferença e afastamento por parte do diretor, que não demonstra pro-atividade na procura de soluções. -----

-----Perante este quadro, esta Assembleia Municipal:-----

-----Manifesta a sua total solidariedade com a revolta das populações que não encontram respostas por parte do ACES OesteSul. -----

-----Reclama da respetiva tutela a rápida substituição do Diretor do ACES OesteSul, antecipada do próximo concurso de pessoal médico. -----

-----Sem que tal aconteça, não vislumbramos a resolução dos problemas identificados para um efetivo acesso aos cuidados primários de saúde, a que todos os torrienses têm direito. -----

-----O Grupo Municipal do Partido Socialista.”-----

-----Após a apresentação do conteúdo da moção ao plenário, o *deputado municipal Rui Prudêncio* reforçou que depois de todas as vagas que foram abertas e das que vão ser abertas agora este ano, não encontram justificação para que a direção do ACES Oeste Sul não exerça todas as suas capacidades e possibilidades para fazer a atração dos médicos, para além de ser recorrente, chegarem testemunhos de médicos que abandonam o ACES OesteSul em clara incompatibilidade pessoal com o seu diretor e, sendo isso algo que é muito preocupante, solicitam

à tutela a sua substituição.-----

-----Teve de seguida a palavra o *deputado municipal Pedro Castelo*, indicando que o CDS-PP irá votar a favor, na linha da posição pública já tomada por esta força política, sobre algo que já vinham alertando, até mesmo durante o mandato passado, pois todas as reuniões que fizeram e todas as tomadas posições do diretor do ACES Oeste eram muito pouco construtivas, e não os levava a lado nenhum.-----

-----Concluiu que esta moção por parte do Partido Socialista, partido maioritário nesta assembleia, só tem um senão que é o vir tarde, mas o CDS-PP associa-se à mesma e irá votar favoravelmente.-----

-----O *deputado municipal Rui Estrela* lembrou que em dezembro passado o PSD apresentou ao plenário uma recomendação para “implementação de um plano de emergência e salvaguarda dos cuidados de saúde do Oeste” (PESCO), onde numa primeira versão distribuídas a todos os deputados, se exigia a demissão e a substituição do diretor executivo do ACES Oeste Sul, mas após uma negociação entre o PSD e o PS, o documento foi alterado e passou recomendar apenas uma reorganização do ACES Oeste Sul.-----

-----Nesta premissa, questiona o que mudou 4 meses depois para que já se exija outra vez a demissão, que o PS, de alguma forma, fez com que o PSD desse um passo atrás na altura para não ser tão exigente, porque a situação que se vivia em dezembro, é a mesma que se vive agora, e o problema de saúde em Torres já é de longa data, portanto, não percebe estas diferentes mudanças de posição do PS, sobre este problema.-----

-----Reforçou que o PESCO aprovado por estes 2 grupos municipais, diz que Torres Vedras é a melhor localização para o Hospital do Oeste, o que fez com que tudo se desencadeasse em seguida com as Caldas da Rainha, e agora e Mafra e virão outros concelhos, se as coisas não pararem por aqui.-----

-----Prosseguiu dizendo que tudo isto acontece enquanto o ministro faz compasso de espera e adia decisões, enquanto aguardam o veredicto sobre o que se pretende para o Hospital do Oeste, sendo certo que estes zigzagues não ajudam em nada.-----

-----Pedi também para intervir o *deputado municipal Luis Carlos Lopes* para dar nota que é membro da OesteCIM, onde em novembro defendeu Torres Vedras, porque o estudo remete para duas localizações preferenciais, e voltou a defender Torres Vedras na semana passada porque uma vez mais, houve mais uma barreira transpartidária, a puxar pelas Caldas da Rainha.-----

----- Assim, havendo duas localizações, o PSD defende que seja em Torres Vedras, Outeiro da Cabeça, mas se tiver que ser Bombarral, que seja, porque o que desejam mesmo é um hospital único para o Oeste com muitas valências e com a melhor qualidade possível.-----

-----Lembrou ainda que no mandato passado, tal como referido pelo colega Pedro Castelo

debateram-se contra o diretor do ACES Oeste Sul por duas vezes, não começaram nesta luta agora, é uma história antiga e têm que evoluir.-----

-----O *presidente de junta de freguesia da Ponte do Rol, Pedro Vaza*, sobre a questão da demissão do diretor do ACES Oeste Sul, assinalou que efetivamente a situação não está bem, mas também não estava bem há cerca de 6 ou 7 anos atrás e ninguém pediu a demissão de ninguém. -----

-----Com a sua intervenção não quer defender o diretor António Martins, com quem reuniu, em 6 anos, seguramente apenas 2 vezes, apenas quer dar nota que tentou cumprir com o que lhe foi solicitado para fazer o melhor possível para a população da freguesia que preside. -----

-----Por último disse que houve muitas oportunidades para o fazer, nunca o fizeram, ainda hoje viu na televisão que o governo está a ponderar aumentar a remuneração dos médicos, e provavelmente será mais fácil contratar médicos, pois no seu entender o problema é o dinheiro não é mais nada. -----

-----Depois desta intervenção o *deputado municipal Pedro Castelo*, disse discordar do colega Pedro Vaza, porque há um limite e há uma altura de dizer basta, porque durante muito tempo, foram muito condescendentes com o diretor do ACES, foram mesmo, como já foi dito, humilhados, mas tentaram sempre dar o benefício da dúvida ao senhor, para que resolvesse o problema, pelo que é pertinente a moção do PS, pois sabe que não é só falta de médicos é também uma questão de incompatibilidades pessoais com médicos que se vão embora por não conseguirem lidar com o diretor, o que é grave.-----

-----Quanto à pergunta formulada pelo colega Rui Estrela, sobre o que tinha mudado acha que nem que seja pelo aumento de concidadãos utentes sem médico de família, algo tem que mudar.-

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 28 votos a favor e 9 abstenções, sendo 5 dos eleitos do UTV, Jorge Santos, Rui Estrela, Ilídio Gomes, Ana Teresa Carvalho e Andreia Caldas, 2 do PSD, Luis Manuel Rodrigues Lopes Costa e Pedro Jorge da Vaza dos Santos, 1 do eleito pelo CHEGA e 1 do eleito pelo PCP.-----

RECOMENDAÇÃO – PROBLEMAS DE SAÚDE NO CONCELHO:-----

-----“Considerando que a população de Torres Vedras tem manifestado, de forma crescente, o seu descontentamento com os serviços de saúde no concelho, em especial com a crónica deficiência de recursos humanos na unidade hospitalar de Torres Vedras e com a falta de médicos de família, que já afeta mais de 45% dos utentes inscritos;-----

-----Considerando que a situação se agravou com o encerramento noturno do Serviço de Urgência de Pediatria na Unidade de Torres Vedras, que levou a uma marcha pela saúde. -----

Considerando que urge que o Ministério da Saúde defina a localização do novo Centro Hospitalar do Oeste acolhendo as recomendações do Estudo Técnico elaborado por uma equipa técnica

prestigiada no âmbito da OesteCIM e que levou à entrega de uma petição – Um Hospital para todo o Oeste – com mais de 29.000 assinaturas na Assembleia da República; -----

-----Considerando que o Ministério da Saúde tem sido ineficaz e inoperante em resolver estes problemas, impossibilitando a existência de serviços de saúde permanente e de proximidade; -----

-----Considerando que em dezembro passado foi aprovada uma Moção da Assembleia Municipal de Torres Vedras, que dá indicações com vista à melhoria do acesso aos cuidados de saúde, nomeadamente através da qualificação das infraestruturas de saúde e do reforço do número de profissionais de saúde;-----

-----Assim e estando num momento fulcral e determinante para assunção de medidas e decisões por parte do poder central urge reforçar a posição de Torres Vedras.-----

-----Recomenda-se que a Assembleia Municipal de Torres Vedras:-----

-----Manifeste o seu desagrado quanto à forma como a saúde dos torrienses está a ser tratada, sem alternativas à vista e agravada semana após semana sem que surjam soluções por parte do Ministério da Saúde;-----

-----Exija a colocação imediata de mais médicos, quer para o funcionamento dos mais diversos serviços da unidade hospitalar de Torres Vedras, quer para as Unidades de Saúde distribuídas pelas freguesias do concelho;-----

-----Exija a abertura do concurso para a construção do novo hospital para o Oeste, com localização a definir com a maior brevidade possível, em Torres Vedras ou no Bombarral por serem as melhores localizações em consonância com as necessidades da população e tendo em conta as indicações e os objetivos traçados nas anteriores moções aprovadas nesta Assembleia; -

-----Reivindique a substituição do Diretor do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Oeste Sul, em virtude da sua ineficácia em resolver os problemas de saúde no concelho;-----

-----Proponha uma articulação mais eficaz entre as entidades locais e regionais responsáveis pela saúde, nomeadamente a Câmara Municipal, o ACES Oeste Sul, o Hospital de Torres Vedras e o Ministério da Saúde, no sentido de encontrar soluções efetivas para os problemas de saúde no concelho através da criação de um Observatório da Saúde em Torres Vedras, com o objetivo de monitorizar e avaliar regularmente a qualidade dos serviços de saúde no concelho e a evolução dos indicadores de saúde da população.-----

-----Apela-se à Assembleia Municipal de Torres Vedras que faça chegar esta recomendação/moção ao Ministério da Saúde e aos demais órgãos de soberania competentes, no sentido de com urgência possam ser tomadas as decisões necessárias para que ocorram melhorias efetivas nos cuidados de saúde prestados à população de Torres Vedras assegurando na sua plenitude as necessidades da população.-----

-----O Grupo Municipal do PSD”-----

-----Após a leitura da recomendação o *deputado municipal Luis Carlos Lopes*, deu nota que a mesma emana do conhecimento de situações que ocorreram recentemente e que estão a ocorrer diariamente, nomeadamente, médicos que por razões pessoais, não ficam no ACES Oeste Sul. ---

-----O *deputado municipal Rui Prudêncio* registou que o grupo municipal do PS se revê na recomendação em apreciação, reforçando a questão da incompatibilidade pessoal do diretor do ACES com a incapacidade de recrutar, mas que, pelo menos, não mandasse ninguém embora. ---

-----Ainda sobre a questão de ser agora, lembrou que estes dois últimos anos foram anos de pandemia e não eram anos de substituir seja quem for, mas agora, estando normalizada toda a situação e abrindo agora concurso para todas as vagas no concelho, sendo a primeira vez que vai acontecer, maior exigência se tem sobre a direção do ACES.-----

-----No que se refere à proposta da criação do Observatório de Saúde, iria mais longe, sugerindo que não seja só um observatório, mas que possa ser igualmente um espaço de uma maior intervenção e ligação entre a saúde, os diferentes atores da saúde no concelho e a própria Câmara Municipal, pelo que da parte do PS, esta recomendação tem uma votação positiva. -----

-----O *presidente de junta de freguesia da Ponte do Rol, Pedro Vaza*, interveio no sentido de registar, na sequência da sua abstenção na moção anterior, porque só visava uma pessoa, que iria votar a favor pois esta recomendação é abrangente, e faria uma declaração de voto. -----

-----O *deputado municipal Rui Estrela*, referiu que o sentido de voto do UTV é de abstenção embora reconheçam a valia da proposta sobre o Observatório de Saúde para Torres Vedras feita pelo PSD, e se a recomendação fosse apenas neste sentido teria um voto favorável da parte deste movimento, mas não o podem fazer a partir do momento que procura também, à semelhança da moção apresentado pelo PS, apontar o dedo a um bode expiatório, que não acham ser solução, porque a solução parte da ação e das iniciativas que têm capacidade de pôr no terreno como hoje o UTV já exemplificou na intervenção do deputado Jorge Santos no período antes da ordem do dia.-----

-----Reforçou que nessa intervenção foram apresentadas propostas concretas, ações concretas que fazem com que as coisas aconteçam pois a autarquia tem possibilidade e os regulamentos também possibilitam essa mesma ação. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 30 votos a favor e 7 abstenções, sendo 5 dos eleitos do UTV, Jorge Santos, Rui Estrela, Ilídio Gomes, Ana Teresa Carvalho e Andreia Caldas, 1 do eleito pelo CHEGA e 1 do eleito pelo PCP. -----

-----Declaração de voto de Pedro Vaza: -----

-----“Votei favoravelmente a globalidade da recomendação exceto na recomendação da exoneração do diretor do ACES Oeste Sul ao qual me abstenho.”-----

1 – PROPOSTA N.º 5/CM/2023 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE

PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2022, DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS:-----

-----Presente ofício número 1787 de 12/04/2023, da Câmara Municipal de Torres Vedras, a remeter, de acordo com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 11/04/2023 os documentos em título, tal como definidos em SNC-AP (sistema de normalização contabilística para as autarquias locais).-----

-----Foi dada a palavra à **presidente da Câmara** para uma breve apresentação das contas do município, desde logo que a receita ano de 2022 foi executada em 111% face ao inicialmente orçamentado, e que as maiores fontes de receita foram os impostos diretos, em cerca de 37%, desses impostos diretos, o IMI teve um crescimento relativamente pequeno, mas o IMT e a derrama tiveram um crescimento de cerca de 1,4 milhões de euros. -----

-----No tocante às transferências correntes, verificou-se uma diminuição relativamente ao ano anterior pois as transferências resultantes de fundos comunitários foram inferiores, essencialmente devido à conclusão de obras que estavam no seu período de término levando a que as receitas de capital tivessem menos 2,6 milhões de euros.-----

-----Referindo-se à despesa, deu nota que é sensivelmente 103% do que estava orçamentado, sendo que 99% desta despesa foi completamente paga durante o ano de 2022. A maior despesa centra-se no pessoal e na aquisição de bens e serviços correntes, ou seja, 31% para pessoal e 25% para aquisição de bens e serviços correntes. -----

-----Assinalou que o investimento teve um peso de 21% no orçamento municipal, salientando a construção da escola básica de Ramalhal que entrará em funcionamento no próximo ano letivo, a requalificação da EB 2,3 de Freiria que já está em funcionamento, a aquisição de imóveis no âmbito da estratégia local de habitação, a requalificação da rede viária e empreitadas relativas às paragens, chegadas e confluência, e ainda a aquisição do antigo ginásio Sirona para a instalação da futura unidade de saúde familiar na freguesia de A-dos-cunhados.-----

-----Relativamente ao desempenho financeiro, o resultado líquido foi positivo de € 634.200,71, superior ao ano anterior, para o qual contribuiu a correção relativamente à forma de cálculo das amortizações relativamente à rede viária, questão que se tinha identificado no plenário para ser corrigida no ano transato. -----

-----Por último salientou que em termos de desempenho económico-financeiro, o prazo de pagamento a fornecedores que é de 12 dias, ou seja, de uma forma geral os rácios económicos e financeiros são bons ou muito bons. -----

-----A *deputada municipal Marta Gerales* declarou que a câmara tem umas contas certinhas e que apesar de o grupo municipal do PSD não concordar com as grandes opções do plano, onde é gasto o dinheiro municipal, tem de facto os rácios todos positivos, mas continua a ter uma reserva

na certificação legal de contas que os leva a optar pela abstenção. -----

----Nesta sequência, já conseguiram perceber que não houve capacidade por parte do pessoal da câmara, para adiantar este trabalho, que coloca em causa o município ter um débito de 7 milhões de euros e ter um resultado líquido de 600.000 euros, essencialmente à custa das depreciações e das amortizações. -----

----Frisou que teve todo o cuidado de ler o que o relatório de gestão diz o sobre o tema, confirmando que de 2021 para 2022, houve uma alteração na própria valorização, porque os serviços e bem, perceberam que existiam incorreções nas vidas úteis e nos próprios valores. Foi feita uma segregação entre vias e caminhos que são estrutura de base e estrutura de distrito, ou seja, já conseguem distinguir quais são as vias municipais que apontam uma vida útil de 100 anos mais e quais têm uma vida útil de 0 a 20 anos. -----

----Disse ainda ter verificado que houve uma correção contabilística, sobre a qual gostaria de ser esclarecida pois é feita uma reversão no fim de contas às amortizações. -----

----Pensa que esta reserva da certificação legal de contas a todos deve interessar, primeiro porque diminui muito um resultado positivo que há nas contas iniciais, e depois porque não faz jus ao trabalho que é feito pela câmara no que concerne às contas e pode pôr em causa algum tipo de taxas e de financiamento. -----

----Assim, acredita que o trabalho não esteja concluído, e sabe que é difícil e moroso, mas no seu entender é necessário dar mais atenção a esta reserva, que lhes suscitou dúvidas e os leva a questionar quais são os trâmites, qual é o ponto de situação e se os imóveis estão bem depreciados ou não, porque havendo necessidade deste excesso de depreciação tão cedo, o grupo municipal do PSD não consegue votar de outra forma. -----

---- Reforçou que é uma reserva importante que pode pôr em causa o financiamento do município e o próprio investimento do município no concelho e, portanto, o PSD ir-se-ia abster esperando que se resolva com celeridade para que se espelhe nas contas de 2023, e lhes permita perceber a própria catalogação e o trabalho que for feito. -----

----O *deputado municipal Rui Estrela* começou por dar nota que as contas da autarquia são, felizmente, globalmente boas, a autarquia está bem de saúde financeira e aproveitou para agradecer a sugestão do vereador do UTV quando foram discutidas as contas semestrais no executivo e depois secundada pelos seus deputados municipais na assembleia, no sentido de corrigir o cálculo das amortizações e permitiu que as contas apresentassem uma cara diferente, que não deixa de ser verdadeira, mas que de outra forma traria anos e anos de contas negativas pela frente e portanto, estas contas são bem mais realistas do que outras que pudessem ser prejudicadas por esse cálculo mais agressivo de amortizações. -----

----No entanto, adiantou que se iriam de abster na votação essencialmente por 3 ordens de

grandeza que passaria a explicar, nomeadamente, a preocupação do UTV pelo crescente aumento de encargos correntes associados aos custos com pessoal, que representam, neste momento, 31% das despesas e à aquisição de bens e serviços com 25%, ou seja, estas 2 rubricas de despesa corrente da autarquia representam 56% da despesa do município, no exercício em apreciação.-----

-----Reforçou que consideram perigoso para o futuro, porque se por alguma razão as receitas diminuïrem, estas despesas, concretamente as com o pessoal, que incrementaram 3 milhões de euros de 2021 para 2022, vão permanecer. Sabem que há uma componente de pessoal que a autarquia, por uma questão de delegação de competências, teve que assumir, ainda assim, se essa delegação de competências trouxe um acréscimo de 450 colaboradores ao município, estão a falar de uma dimensão, considerando as avenças, de mais 150 colaboradores, num espaço de meia dúzia de anos. -----

-----No que concerne à aquisição de serviços que cresceu 2 milhões de euros, quis deixar registado que a propósito das contas de 2021, tinham solicitado esclarecimentos aos gastos feitos na rubrica de fornecimentos e serviços externos relativamente a honorários e outras despesas relativamente às inaugurações do CAC e do Museu Joaquim Agostinho, mas essa informação não chegou, reforçando o pedido. -----

-----Adicionalmente, assinalou que a abstenção do UTV também se deve ao facto de a câmara ter transferido para os SMAS o montante de €1.250.000,00 quando tinham um estudo que sustentou uma passagem dos serviços de resíduos sólidos urbanos para os SMAS que não previa qualquer transferência futura de verba. -----

-----Por fim, lembrou que o Executivo Municipal, aprovou em sede do orçamento, uma verba de € 300.000,00 para se efetuarem obras de recuperação de forma a acolher valências do Hospital de Torres Vedras no edifício do Hospital do Barro, resultante de proposta feita pelos vereadores do UTV, que acabou por não ser executada, tendo sido dado um passo atrás em relação a algo que achavam positivo, pois muito se fala das urgências e esta era mais uma medida que poderia ajudar, tendo a autarquia orçamento para o fazer, como os resultados desta prestação de contas de 2022 o evidencia, e que contribuiria para aliviar a pressão das urgências do hospital.-----

-----O *deputado municipal Rui Prudêncio*, parafraseando algumas intervenções anteriores fez notar que estão perante contas certas e equilibradas, com uma execução excepcional, com despesas correntes a baixar e os aumentos que apresentam traduzem o aumento das despesas com pessoal que derivam, quase na sua totalidade, das transferências de atribuições na área da educação e na área da saúde e desse modo se não querem que as escolas do concelho tenham pessoal, podem sempre votar contra este orçamento.-----

-----Considerou bom saber que da parte do PSD, as únicas reservas que têm, a reserva do

inventário ainda não estar terminado, o que releva para as contas que hoje são apresentadas. -----

-----Aproveitou para solicitar uma listagem de todas as participações e montantes que foram atribuídas a todas as coletividades, associações e grupos do concelho para perceberem se esses valores estão a ser bem utilizados, pedido que formalizaria à mesa por escrito. -----

-----O *deputado municipal Rui Estrela* no seguimento de intervenções anteriores sobre o assunto, lembrou o desafio que tem feito ao executivo para que faça uma apresentação das contas à população, antes delas serem votadas e apresentadas em assembleia, pois entende que o envolvimento e valorização da participação cívica da população passa pela atenção que for dada pelo órgão executivo a quem compete fazer essa demonstração pública das contas que resultam das receitas que são pagas por todos os cidadãos, mas também onde são aplicadas essas mesmas receitas, que deve ocorrer com a maior proximidade possível no tempo, demonstrando assim o respeito pela comunidade que os elegeu.-----

-----Em resposta o *deputado municipal Rui Prudêncio* disse ter visto este pedido com uma enorme estupefação, interrogando-se se valeria a pena existir a Assembleia Municipal.-----

-----Defendeu ainda que na democracia portuguesa existe o respeito pelas instituições, e nessa senda é a Assembleia Municipal que tem que fazer a aprovação destas contas. Os deputados municipais representam quem neles votou, ou seja, têm uma democracia representativa, não uma democracia participativa. -----

----- Argumentou também que a Assembleia Municipal fiscaliza a Câmara Municipal sendo este órgão que tem que r prestar contas, e depois certamente que a população terá acesso a toda a documentação. Não tem conhecimento que em alguma instituição se disponibilizam as contas antes de serem aprovadas, até porque pode haver algum voto de não aprovação.-----

-----Pedi novamente a palavra o *deputado municipal Rui Estrela* para reforçar que a representação de uma coisa, que não implica a substituição, ou seja os cidadãos existem e têm direito à informação e essa informação compete aos órgãos de gestão promovê-la.-----

-----Não se registaram mais intervenções, passando-se de imediato à votação.-----

-----Tendo presente a sua competência prevista na alínea l), do n.º 2, do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 e no art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, ambas na sua atual redação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 26 votos a favor, sendo 23 dos eleitos pelo PS, 2 dos eleitos pelo PSD Luis Manuel Rodrigues Lopes Costa e Pedro Jorge da Vaza dos Santos, e 1 do eleito pelo CDS-PP e 11 abstenções, sendo 4 dos eleitos pelo PSD, 5 dos Unidos por Torres Vedras, 1 do eleito pelo CHEGA e 1 do eleito pelo PCP o seguinte: -----

-----Aprovar, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea i), do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2022 da Câmara Municipal de Torres Vedras, integralmente elaborados de acordo com

o Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11/09, na sua atual redação, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), com a Instrução n.º 1/2019, de 6/03 os quais apresentam os seguintes valores: -----

-----Total do Ativo: € 260.875.265,52; Total do Património Líquido: €231.052.343,04; Total do Passivo: € 29.822.922,48; Rendimentos: € 60.772.764,74; Gastos: € 60.138.549,02; Resultado líquido: € 634.215,72; Recebimentos: € 66.191.828,98; Pagamentos: € 69.517.093,36; Saldos iniciais do desempenho orçamental: € 9.628.141,76; Receitas orçamentais: € 75.406.159,79; Despesas Orçamentais: € 69.057.604,48; Saldo orçamental para a gerência seguinte: € 6.348.555,31; Aprovar a distribuição dos resultados no valor de € 634.215,72, da conta “Resultado Líquido” da seguinte forma: 51 “Património - € 602.615,72; 551 “Reservas legais” - € 32.000,00.-----

2 – PROPOSTA N.º 6/CM/2023 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE ATIVIDADES, DO ANO DE 2022, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:-----

-----Presente ofício número 1787 de 12/04/2023, da Câmara Municipal de Torres Vedras, a remeter de acordo com o deliberado pelo executivo em 11/04/2023, os documentos em título, integralmente elaborados de acordo com o Decreto-Lei que aprovou o SNC-AP, com a Instrução n.º 1/2009, de 6/03 e com a Resolução n.º 6/2022, de 5/01/2023 do Tribunal de Contas. -----

-----Numa breve apresentação aos documentos em discussão a **presidente da Câmara** fez notar que os SMAS durante 2022, fizeram uma recuperação substancial dos resultados operacionais relativamente ao ano anterior, alcançando assim um resultado líquido positivo na ordem dos €375.158,00 euros. -----

-----Quanto aos gastos operacionais disse que se verificou aumento, fundamentalmente nos gastos com pessoal, em parte, completamente inevitáveis, tendo em atenção uma alteração de posicionamento remuneratório dos próprios assistentes técnicos e técnicos superiores e algumas admissões que foram realizadas também durante o ano de 2022. -----

-----Deu nota ainda que o aumento do custo das mercadorias e matérias consumidas resultou no aumento da compra da água, porque foram adquiridos mais 28.000 m³, o equivalente a €53.000,00 euros, comparativamente a 2021, por o preço de compra do metro cúbico ter aumentado e ainda pelo aumento dos materiais consumidos (€72.000,00). -----

-----No caso dos rendimentos operacionais, houve uma variação positiva da ordem dos €1.640.000,00, sendo que este valor engloba €708.000,00 que são relativos aos resíduos urbanos, €246.000,00 relativos a trabalhos por conta de particulares e €71.000,00 relativos a saneamento. -

-----Também salientou que a faturação da água apresenta um aumento na ordem dos 4,24% e as transferências e subsídios correntes um aumento da ordem dos 273,51%.-----

-----Por último, mencionou que houve uma transferência por parte da câmara municipal no valor de €1.250.000,00 para os SMAS, para que pudesse realizar investimentos, ou seja, não se repercute no resultado líquido que foi apresentado.-----

-----Assim, afirmou que de uma forma geral os SMAS estão em fase de recuperação no que concerne às contas anteriores e que continuam a fazer investimentos no que é prioritário, ou seja, na recuperação de redes de água e de saneamento.-----

-----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* como ponto prévio agradeceu aos serviços pela qualidade do relatório distribuído e lembrou que no ano anterior as contas dos SMAS deram resultado negativo, mas este teve um resultado positivo de € 375.158,00, um fator que não podiam deixar de valorizar, independentemente de alguns fatores, tais como o ritmo de obra, e que seria certamente de forma diferente se o PSD estivesse a gerir os serviços municipalizados.-----

-----Também como ponto a valorizar, assinalou que há menos 22% de água para rega, o que significa que se tem tido mais cuidado, mas houve apenas uma diminuição residual das perdas, o que traduz a necessidade de haver melhor deteção dos locais das perdas, que não foi tão bom. Também a recolha seletiva praticamente estagnou, tendo sido apenas a recolha do vidro a única fração que evoluiu um pouco, mas o papel, o cartão reciclado, o plástico e o metal diminuíram. ----

-----Considerou importantes as ações de sensibilização que os SMAS fazem através do seu serviço pedagógico, que devem ser também dirigidas à população adulta que tem responsabilidade na deposição seletiva destes resíduos.-----

-----Em relação ao consumo, frisou que não há grandes evoluções, ou seja, as contas têm esse fator positivo, sendo para o PSD o único óbice para que pudessem votar favoravelmente, a questão das políticas, para além de acharem que poderia ter havido um pouco mais de ritmo na execução de pequenas obras que não estão terminadas a nível de saneamento.-----

-----Para terminar a sua intervenção, disse saberem que doutros quadrantes há dúvidas em relação à gestão dos resíduos, mas acha que é jogo neutro, porque a gestão se não estivesse num lado estaria noutro, já que o serviço tem que ser feito, independentemente de também concordar que o tal estudo foi apresentado ao plenário como “fantástico”, e a empresa que o elaborou podia ter sido mais parcimoniosa na forma como falou.-----

-----Não se registaram mais intervenções, passando-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria de 26 votos a favor, sendo 23 dos eleitos pelo PS, 1 do eleito pelo CDS, 1 do eleito pelo CHEGA e 1 do eleito pelo PSD Luis Manuel Rodrigues Lopes Costa, 5 votos contra dos eleitos por Unidos Por Torres vedras – Movimento Cívico, e 4 abstenções dos eleitos pelo PSD e 1 da eleita pelo PCP, o seguinte:-----

-----1 - Aprovar, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, os documentos de Prestação de Contas e Relatório

de Gestão de 2022 dos serviços municipalizados de água e saneamento da câmara municipal de Torres Vedras, integralmente elaborados de acordo com o Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11/09, na sua atual redação, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), com a Instrução n.º 1/2019, de 6/03 os quais apresentam os seguintes valores: 1. O Balanço, com: -----

-----1.1. O total do ativo: € 36.572.468,92 (trinta e seis milhões, quinhentos e setenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e oito euros e noventa e dois cêntimos);1.2. O património líquido: € 34.263.898,81 (trinta e quatro milhões, duzentos e sessenta e três mil, oitocentos e noventa e oito euros e oitenta e um cêntimos);1.3. O passivo: € 2.308.570,11 (dois milhões, trezentos e oito mil, quinhentos e setenta euros e onze cêntimos). -----

-----2. A Demonstração de Resultados com: -----

-----2.1. Rendimentos: € 19.881.399,00 (dezanove milhões, oitocentos e oitenta e um mil, trezentos e noventa e nove euros); 2.2. Gastos: - € 19.506.240,81 (Dezanove milhões, quinhentos e seis mil, duzentos e quarenta euros e oitenta e um cêntimo); 2.3 - Aprovar o resultado líquido no valor de € 375,158.19 (trezentos e setenta e cinco mil, cento cinquenta e oito euros e dezanove cêntimos), com a seguinte aplicação: a) Que sejam constituídas reservas legais no montante de € 18.757,90 (dezoito mil setecentos e cinquenta e sete euros e noventa cêntimos), correspondente a 5% do resultado líquido do período; b) Que o valor remanescente de € 356.400,28 (trezentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos euros e vinte e oito cêntimos), seja transferido para outras reservas. -----

-----3. Demonstração de Fluxos de Caixa: -----

3.1. Recebimentos: € 21.156.017,38 (vinte e um milhões, cento e cinquenta e seis mil, dezassete euros e trinta e oito cêntimos); 3.2. Pagamentos: € 19.400.614,97 (dezanove milhões, quatrocentos mil, seiscentos e catorze euros e noventa e sete cêntimos); -----

-----4. Demonstração de desempenho orçamental: -----

4.1. Recebimentos: € 21.156.017,38 (Vinte e um milhões, cento e cinquenta e seis mil, dezassete euros e trinta e oito cêntimos); 4.2. Pagamentos: € 19.400.614,97 (Dezanove milhões, quatrocentos mil, seiscentos e catorze euros e noventa e sete cêntimos). -----

-----5. Saldo inicial e final do desempenho orçamental: -----

-----5.1. Saldo inicial de operações orçamentais: € 3.482.496,91 (três milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e noventa e seis euros e noventa e um cêntimo); 5.2. Saldo inicial de operações de tesouraria: € 61.773,27 (sessenta e um mil, setecentos setenta e três euros e vinte e sete cêntimos); 5.3. Saldo final de operações orçamentais: € 5.226.141,50 (cinco milhões, duzentos e vinte e seis mil, cento e quarenta e um euro e cinquenta cêntimos); 5.4. Saldo final de operações de tesouraria: € 73.531,09 (setenta e três mil, quinhentos e trinta e um euros e nove

cêntimos). -----

-----Anota-se que encontrava-se ausente da sala Pedro Vaza.-----

3 – PROPOSTA N.º 7/CM/2023 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2023 DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS:-----

-----Presente ofício número 1789, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 12/04/2023, a remeter, de acordo com o deliberado pelo executivo por unanimidade em 11/04/2022, os documentos em título.-----

-----A **presidente da Câmara** explicou que a revisão em título visa a integração de algumas rubricas e acomodar receitas ou despesas que não estavam previstas, nomeadamente de situações de financiamentos por arrecadar ou procedimentos de contratação públicas obrigatórias, para situações ligadas à atividade escolar no âmbito da transferência de competências.-----

-----Não se registaram intervenções, pelo que o presidente da mesa submeteu à votação a revisão em título. -----

-----A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação deliberou por unanimidade aprovar a 2.ª revisão ao orçamento e às grandes opções do plano de 2023 do município de Torres Vedras.--

4 – PROPOSTA N.º 8/CM/2023 - AUTORIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DA DESPESA QUE CONSAGRE OS ANOS DE 2023 A 2029 PARA ALUGUER OPERACIONAL DE 2 VEÍCULOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS, NOVOS E SEM USO – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS:-----

-----Presente ofício número 1785, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 12/04/2023 a informar que o executivo, em sua reunião de 11/04/2023, considerando que: “a) A Assembleia Municipal, em sua reunião de 27/04/2022, deliberou aprovar a repartição plurianual da despesa do referido procedimento, no montante total de € 965.000,00 (acrescido de IVA à taxa legal em vigor), nos seguintes termos, todos acrescidos do IVA à taxa legal em vigor: 2022: € 80.500,00; 2023 a 2027: € 160.800,00 e 2028: € 80.500,00. b) A adjudicação do procedimento, ocorreu em 28/11/2022, pelo valor total de € 905.400,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e a outorga do contrato – com a empresa WESERVAMBIENTE - Técnicas do Ambiente, Lda. - em 06/01/2023; c) O prazo para a entrega das viaturas é de 120 dias; d) Não se veio a verificar realização de despesa em 2022, deliberou, por unanimidade, submeter o processo em título à Assembleia Municipal na sua atual redação para que aprove a plurianualidade da despesa, com efeitos a 27/04/2022, que consagre os anos de 2023 a 2029 (e não 2022 a 2028), em conformidade com o estabelecido no instrumento contratual celebrado, nos seguintes moldes: 2023: € 88.025,00; em cada um dos anos de 2024 a 2028: € 150.900,00 e 2029: € 62.875,00.”-----

-----A **presidente da Câmara** explicou que a autorização em apreço ocorre apenas para alterar a

repartição de encargos de 2023 a 2029 e não de 2022 até 2028, porque a adjudicação do procedimento foi feita no final do ano de 2022 por carência de material. -----

-----A *deputada municipal Ana Teresa Carvalho*, interveio para questionar se as duas viaturas que se encontram paradas no COM, são as referidas nesta autorização de encargos e se são para recolha e transporte dos biorresíduos. -----

-----A *presidente da Câmara* informou que as viaturas que estão paradas, são aquelas que foram adquiridas, no final do ano passado, e já estão a ser preparadas com todo o equipamento necessário para os biorresíduos. -----

-----Concluídas as intervenções, seguiu-se a votação do assunto em título. -----

-----Assembleia Municipal, para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8/06, e tendo por base os considerandos acima enunciados deliberou, por unanimidade autorizar a repartição de encargos da despesa para aluguer operacional de 2 veículos de recolha e transporte de resíduos urbanos, novos e sem uso para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, com efeitos a 27/04/2022, que consagre os anos de 2023 a 2029 (e não 2022 a 2028), em conformidade com o estabelecido no instrumento contratual celebrado, nos seguintes moldes: 2023: € 88.025,00; em cada um dos anos de 2024 a 2028: € 150.900,00 e 2029: € 62.875,00. -----

5 - PROPOSTA N.º 9/CM/2023 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL E O CLIMA - (PAESC) TORRES VEDRAS 2050: -----

-----Presente ofício número 1788, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 12/04/2023 a remeter, e de conformidade com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo, em sua reunião ordinária de 11/04/2023, a versão final do plano em título, para que o mesmo possa ser submetido à apreciação e aprovação por parte deste órgão deliberativo. -----

-----A *presidente da Câmara* assinalou que é um plano que resulta do facto de Torres Vedras ter aderido já em 2010, ao pacto dos autarcas e posteriormente em 2021, fruto da evolução do enquadramento da política europeia e nacional, ter atualizado os seus compromissos junto do pacto, adotando uma abordagem integrada, à mitigação e adaptação às alterações climáticas, comprometeu-se a ultrapassar a meta de redução de 55% de emissões de carbono até 2030, à redução da pobreza energética e à criação de uma visão a longo prazo para alcançar a neutralidade climática até 2050. -----

-----Informou que nessa sequência este plano foi desenvolvido em 2021 e 2022, com o apoio da empresa IrRadiare – Investigação e Desenvolvimento em Engenharia e Ambiente, Lda, foi presente ao executivo a 31 de janeiro e durante o período de discussão pública, foram efetuadas 10 exposições, das quais 7 foram acolhidas no âmbito de revisão do plano, tendo sido também feito uma sessão pública de apresentação do mesmo. -----

-----Deu nota ainda que este plano identifica 84 ações para um conjunto de 25 medidas de sustentabilidade energética definidas como significativas e com uma estimativa de valor global de €146 milhões de euros, dos quais se estima que 31% fica afeto ao município, 11% aos SMAS, 2% à empresa municipal Promotorres, EM, e 56 % aos agentes do setor privado. Para a sua concretização existe uma comissão de liderança, uma comissão de operacionalização e ainda uma comissão de acompanhamento, com uma função extraordinariamente importante, porque permitirá a articulação e a intervenção dos diversos agentes e forças vivas do território. -----

-----O *deputado municipal João Bastos* começou por dizer que o plano lhe pareceu bem feito e o grupo municipal do PSD vai votar favoravelmente. -----

-----Da análise que fez ao extenso documento, tirou algumas notas, referindo-se concretamente ao facto de no período de implementação de 2013 a 2020, ter havido ações assumidas como não executadas, tais como a gestão do estacionamento na cidade, e a otimização da gestão de resíduos, questionando o que ficou ainda por fazer. Para o período de 2020 - 2050 está previsto aumento da rede de oleões, e avaliar a viabilidade de instalar ecocentros nas freguesias, medida que releva, porque acha particularmente importante, uma vez que depois das discussões que têm tido no plenário sobre a recolha de resíduos (de obras e monos) cada vez está mais convencido que as entidades certas para tratar deste assunto são juntas de freguesia, porque é uma matéria que exige alguma proximidade, e funcionariam como uma espécie de interface antes de entregar na estação de transferência para o qual têm que ser dotadas de meio financeiros. -----

-----A *deputada municipal Ana Teresa Carvalho*, disse que participou na sessão de apresentação sobre o plano e fez uma participação pública que consta do mesmo. -----

-----A sua intervenção pretende destacar algumas das questões que foram levantadas uma vez que um plano com esta tipologia só fará sentido se conseguirem levar por diante o caminho para a neutralidade carbónica, envolvendo também as pessoas, às quais é preciso dar algo em troca, ou seja, deve haver diferenciação positiva de tudo isto, quer em termos de fiscalidade verde, quer de taxas, algo que deverá ser seguido pela comissão de acompanhamento. -----

-----Outro aspeto relevante tem a ver com a mobilidade, e passa por incrementar a utilização de transportes públicos, cujo custo deve tender para zero, como já há muitos municípios a fazer, mas também tem que ser acessível, para se levar as populações a largar mais vezes o carro. Assim é possível reduzir aqueles fluxos de trânsito, que vêm na entrada e saída da cidade, mas também é necessário dar condições, referindo-se concretamente, à utilização dos transportes públicos urbanos, facilitando os horários junto às paragens para o qual também é necessário rever os preços, porque os valores, neste momento, para a quantidade de quilómetros que se fazem, são elevados. -----

-----Destacou ainda a questão da mobilidade suave, que também tem que ser agarrado neste

plano pois é algo transversal e qualquer uma destas situações vai reduzir as emissões de gases com efeito estufa de CO², vai reduzir e vai melhorar a qualidade do ar, vai melhorar até saúde mental, pelo stress que provoca o transito nas entradas e saídas da cidade para além de fazer com que as populações mais novas se habituem a andar a pé. -----

-----Em relação à parte dos resíduos, o UTV espera que seja algo que durante o acompanhamento do plano evolua favoravelmente e acha que todos têm que acreditar que isso vai acontecer. -----

-----A encerrar as intervenções sobre este assunto, foi dada a palavra ao *deputado municipal Tomás Lourenço* que relevou a qualidade do plano que transporta uma qualidade académica muito interessante. -----

-----Frisou que é um plano que nos seus capítulos iniciais, levanta uma série de dados demográficos, geográficos, económicos, que até poderão servir de eventual base de estudo posterior da forma como estes vetores têm evoluído no concelho e, desse ponto de vista, parabenizou a empresa IrRadiare pelo trabalho de grande qualidade que fez neste sentido. -----

-----Continuou assinalando que a Câmara Municipal de Torres Vedras não acordou recentemente para as questões das alterações climáticas e esse é um dos aspetos que o relatório também explícita, pois tem sido um dos municípios, a exemplo dos municípios que fazem parte do Pacto de Autarcas, na mitigação dos efeitos das alterações climáticas e no combate das mesmas, sendo importante enaltecer o que a câmara tem feito ao longo destes anos, neste sentido de mitigar aquilo que é o grande desafio do século 21 e o desafio do futuro. -----

-----Parece-lhes um plano equilibrado e sério, porque 56% do investimento está alocado às empresas, ou seja, é um plano que percebe que efetivamente esta transição climática não se pode fazer de forma solitária e tem de ser feito numa ampla congregação de esforços, não só com as juntas de freguesia, mas também com todo o tecido económico e empresarial do concelho que tem um impacto profundo na economia da região. -----

-----Avançou ainda que, pelas características económicas do concelho de Torres Vedras, onde as empresas, sobretudo o setor industrial, têm uma grande importância na forma e nestas dinâmicas económicas, pelo facto de serem também agentes de grande poluição, não são deixadas de lado, e ficam reféns exatamente deste sentido combativo das alterações climáticas, porque é fundamental congregar esforços, porque senão, sabem que estes problemas globais não se solucionam por decreto, é fundamental que haja um plano, que envolva todas as empresas e a comunidade civil como um todo. -----

-----Considera que esta é sobretudo uma proposta diferenciadora, na medida em que não comunga de um princípio de que graças ao efeito das alterações climáticas, humanidade como um todo está de certa forma condenada, sendo importante dizer às pessoas que em comunidade

conseguem mitigar esses efeitos e que têm que chamá-las ao centro de decisão através de ações como esta e através de discussão e de debate em apresentações públicas que tiveram uma ampla adesão por parte dos nossos concidadãos, o que só demonstra que, efetivamente, as pessoas estão preocupadas com estas questões.-----

-----Por outro lado, também não comunga daquele ideal de que, têm que primeiro instalar, de certa forma, o sistema económico vigente, a substituí-lo pelo um plano ideológico programático de desta ou daquela força política, porque isso tem exatamente o mesmo efeito paralisante sobre as pessoas.-----

-----Sabem que é completamente desproporcional a relação entre quem polui e quem sofre as consequências destas alterações e o plano é sério e rigoroso desse ponto de vista, porque alerta para essa relação desproporcional e que é necessário combatê-la para que efetivamente este combate seja profícuo na medida em que, não chega apenas envolver só a comunidade civil para dar um passo rumo à transição energética, é fundamental, conforme já aludiu no início da sua intervenção, envolver as indústrias, envolver o setor empresarial, e neste sentido e pela equidade, pelo rigor e pela seriedade deste plano, o PS votará favoravelmente.-----

-----Concluídas as intervenções, o presidente da Mesa colocou o plano em apreço à votação:-----

-----Tendo presente a sua competência prevista na alínea h), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar o plano de ação para a energia sustentável e o clima - (PAESC) Torres Vedras 2050.-----

6 - PROPOSTA N.º 10/CM/2023 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA (CMAC):-----

-----Presente ofício número 1786, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 12/04/2023 a remeter, e de conformidade com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo, em sua reunião ordinária de 11/04/2023, a versão final do regulamento em título, para que o mesmo possa ser submetido à apreciação e aprovação por parte deste órgão deliberativo.-----

-----A **presidente da Câmara** apresentou o regulamento do conselho em título que será um órgão de consulta e concertação para a política climática do município de Torres Vedras e que irá integrar mais de 30 entidades muito diversas do território, todas elas com importância para que venham a conseguir atingir os objetivos do PAESC aprovado no ponto anterior.-----

-----A **deputada municipal Ana Fiéis** depois de analisado o regulamento em apreço, verificou que o mesmo está bem feito, não tem nada de negativo a apontar e até pensa que está muito completo.-----

-----Nesta senda desejou que o trabalho do Conselho Municipal da Ação Climática seja profícuo na identificação e implementação de ações que possam reduzir as emissões dos gases de efeitos de estufa, de aumentar a resiliência da comunidade às mudanças climáticas e promover um futuro

sustentável e resiliente. -----

----Ainda a este propósito assinalou, aludindo ao preâmbulo da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, que esta agenda define 17 ODS “objetivos de desenvolvimento sustentável” e este ano, a Plataforma Municipal das ODS, fez um balanço do contributo que os municípios estão a dar para o cumprimento e para o alcance desses objetivos, tendo assim que parabenizar a Câmara Municipal de Torres Vedras, que aparece destacada com maior número de boas práticas, 136 boas práticas, bastante destacado em relação ao segundo que é Loulé com 87.

----A *deputada municipal Ana Teresa Carvalho* disse que gostaria de ser esclarecida como é que vai ser feito o envolvimento da comunidade de representantes da sociedade civil, porque todos os outros estão identificados. -----

----Em relação a esta questão dos ODS, acha importante colocá-los no PAESC, sobretudo para que sejam executados, sejam visíveis pela população em geral e que não sejam só um indicador, mas que sejam sentidos pelos torrienses e que os motive a poder intervir mais.-----

----Quanto à questão colocada pela deputada o **presidente da Mesa**, informou que o que é normal nestas situações é a cooptação por decisão dos próprios membros do conselho. -----

----Terminadas as intervenções, e encontrando-se o plenário devidamente esclarecido, passou-se á votação do regulamento em epígrafe. -----

----Tendo presente a sua competência prevista na alínea h), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia municipal deliberou por unanimidade, aprovar o projeto de regulamento do conselho municipal de ação climática (CMAC).-----

7 - PROPOSTA N.º 7/AM/2023 - APRECIACÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE 2022 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TORRES VEDRAS:-----

----Presente ofício n.º 407/2023, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras, de 10/04/2023, a remeter o documento em título, aprovado pela Comissão Alargada a 31 de janeiro de 2023.-----

----A *deputada municipal Ana Fiéis*, começou por lembrar que já está há cerca de 9 anos na Comissão Alargada, com muito orgulho e com muita honra pois considera extremamente importante poder contribuir para ajudar a dar condições de segurança, saúde e formação às crianças e jovens do nosso concelho.-----

----Relevou de uma forma positiva esta comissão estar num crescendo, de preocupações, de trabalho, de visibilidade e de sensibilização, tendo em 2022 feito um trabalho extremamente importante em ações de sensibilização à comunidade, com ações de formação que denominou “CPCJ cuidar e proteger”. Esteve presente como oradora nessas ações de sensibilização, que tiveram como principal objetivo dar a conhecer o papel e as funções da CPCJ e chegar aos profissionais que trabalham de perto com as crianças e jovens do concelho. -----

-----Reforçou ser importante que as pessoas se apercebam que a CPCJ não é um “bicho papão”, que foi criada para ajudar as crianças e os jovens e nesse propósito é necessário que a comunidade em geral, tenha um papel ativo e esteja esclarecida, quanto ao papel que a CPCJ desempenha em prol das crianças e jovens, objetivo que pensa estar a ser alcançado taco a taco.

-----Relativamente ao relatório e no que concerne ao número de sinalizações, 2022 teve um aumento significativo, com 436 processos, o que é fonte preocupação, porque significa que os direitos e as situações suscetíveis de afetar as crianças e jovens do concelho aumentaram bastante.-----

-----Adiantou que a maior incidência dos processos se registou na freguesia da cidade, com 209 processos e depois a Silveira e em 3.º lugar A-dos-Cunhados.-----

-----Lembrou que no ano passado, disse que o relatório enfermava de falta de informação, porque faltava esta informação relativa às freguesias do concelho, que este ano já consta, mas no seu entender ainda falta a indicação das problemáticas associadas a estes processos, que poderia ser mais um elemento a ter em consideração, inclusive nas ações sensibilização.-----

-----Anotou que são as forças policiais e os estabelecimentos de ensino quem mais sinaliza, porque a violência doméstica surge com o maior número de sinalizações, o que é impressionante e mau, e têm que tentar realmente reduzir este número, porque é extremamente gravoso e significativo. Neste âmbito anotou também que as 190 medidas aplicáveis no ano 2022 são significativas, sendo que destas uma grande parte é de apoio junto aos pais, o que é importante, para que as nossas crianças possam viver saudavelmente no seio familiar.-----

-----Realçou que tem sido difícil para a Comissão Restrita dar a celeridade necessária aos processos, porque aumenta o número de processos, mas não aumenta o número de elementos a fazer estes processos, aproveitando para lançar um apelo às entidades de origem, à segurança social, e aos estabelecimentos de ensino que se mostrem mais aptas a responder e que destaquem técnicos do seu seio, para ajudar esta comissão a dar resposta mais célere aos processos, porque a celeridade é fundamental para que se combata estas problemáticas que são assinaladas anualmente.-----

-----Por sua vez a *deputada municipal Sónia Patrício* destacou que é o primeiro ano que faz parte da comissão alargada, pelo que, tendo em conta as palavras da colega Ana Fiéis, consegue perceber que tem sido uma evolução crescente a nível do trabalho que a comissão tem feito, independentemente das lacunas e das faltas de recursos humanos que, de facto existem, pelo que queria realçar o plano de ação 2022, que foi muito pró-ativo, e muito criativo no seio da comunidade, face a todos os anos anteriores e no contexto da pandemia.-----

-----Especificou que esta comissão alargada tem um grupo de trabalho que faz a divulgação do papel da CPCJ junto da comunidade que é cada vez mais pró-ativo, desmistificando este carácter

punitivo que tem e fomentando o âmbito do acompanhamento e do encaminhamento das situações, através destas ações de sensibilização e das redes sociais que estão cada vez mais desenvolvidas. -----

----Deu nota ainda que há outro grupo de trabalho que põe em prática as medidas de ação nacional, que Torres Vedras tem aplicado e tanto quanto possível participado. Assim, abril é o mês da prevenção dos maus-tratos na infância, e nesse sentido têm no largo do Mercado Municipal o garrafão iluminado de azul, e no dia 28 vão ter um laço humano na escola “O Mundo da criança” e têm tentado não estar apenas na cidade, mas em todas as escolas mais periféricas. -----

----Também existe o grupo de trabalho sobre o acompanhamento aos pais junto da comunidade que foi pioneira este ano, em que a comissão alargada vai às escolas, sendo o intuito ir a todas e atuar junto dos pais que são a principal fonte da educação das crianças. De facto, a primeira ação, em Monte Redondo, foi muito bem-sucedida, os pais aderiram e conseguiram promover um espaço de partilha das suas angústias e das suas dificuldades, sendo de parabenizar todos os envolvidos. -----

----Como última nota disse que todos enquanto cidadãos, devem ser educadores intervenientes nestas ações junto das crianças, sempre com este intuito de contribuir para sinalizar situações de risco, para a saúde social, infantil, familiar, educar as crianças e jovens no respeito no afeto e tentar fomentar valores como a igualdade e não discriminação, sobretudo em famílias destruturadas, monoparentais e homossexuais, pois é aquilo que mais se vê no nosso concelho e o que mais assiste nas reuniões.-----

----Salientou que devem ter presente que o futuro passa por tentar conciliar vida pessoal, profissional e familiar numa tentativa de harmonizar esta educação das crianças futuramente e de fomentar políticas de apoio à parentalidade, sobretudo focadas na primeira infância, fomentando a autoestima, a segurança e a autonomia da criança. -----

----Por fim parabenizou a Câmara Municipal pelo seu contributo muito especial na incubadora de impacto social “Oeste Respira, onde existem muitos projetos que podem vir no futuro a contribuir e a ajudar esta ação da comissão com projetos de apoio à parentalidade, à alimentação e à saúde mental, das crianças nas escolas. -----

----A *deputada municipal Andreia Caldas*, também membro da comissão alargada disse que lhe coube falar da saúde mental, lembrando que já relativamente ao relatório de 2021 disse, em nome do UTV grupo e das colegas, que havia necessidade de ser elaborada uma carta Municipal de Saúde Mental, isto porque, para além da violência doméstica, o segundo ponto de processos com maior volume diz respeito a comportamentos graves antissociais e ou anti disciplina, e muitas vezes os processos são abertos mas não há resposta de apoio psicológico, tanto às crianças como aos adultos. -----

-----O *deputado municipal Paulo Valentim* deu nota que já foi membro da Comissão Alargada da CPCJ, já esteve no lugar das colegas que falaram anteriormente e ficou preocupado porque algumas das queixas continuam a ser as mesmas, nomeadamente no que se refere ao défice de recursos humanos para gestão dos processos afetos à Comissão Restrita.-----

-----Lembrou que fez vários alertas ao longo dos anos sobre este problema que não é um problema da Câmara Municipal de Torres Vedras, é um problema governamental, que deve ser revisto para que sejam fornecidos os meios essenciais para que as comissões de proteção de jovens funcionem em pleno. Continuam a atirar as responsabilidades para o lado, sendo certo que todos têm a uma quota de corresponsabilidade, mas alguma coisa tem que ser feita pela tutela para não continuarem com estas queixas e com estas reflexões que aparecem no relatório.-----

-----Outra preocupação que tem é a questão da saúde mental das crianças, pois como professor, contacta com elas todos os dias e vê algumas das reações sociais já mencionais e muitas vezes fomentadas também no desporto e devem ser tomadas medidas nesse aspeto.-----

-----A Assembleia Municipal, para os efeitos previstos na alínea j) do art.º 18.º da lei n.º 147/99, de 1/09, tomou conhecimento do relatório anual de 2022 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras.-----

8 – APRECIACÃO DOS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DE 2022:-----

-----O *presidente da mesa*, antes de dar a palavra ao plenário, agradeceu a todos os deputados municipais, que contribuíram para a elaboração do relatório, que muito os honra e que traduz a atividade das suas participações em representação da Assembleia Municipal nos diferentes organismos, pela forma disciplinada e cuidada, como todos o fizeram.-----

-----Disse ainda que, nos termos regimentais os demais relatórios das comissões foram agendados para apreciação.-----

-----Por sua vez o *deputado municipal Rui Prudêncio* aproveitou para agradecer o apoio excecional que recebeu dos serviços da Assembleia na pessoa da Marília e Vânia na realização destes relatórios.-----

8.1 – PROPOSTA N.º 8/AM/2023 - REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM DIFERENTES ENTIDADES:-----

-----Presente relatório em título que a Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

8.2 – PROPOSTA N.º 9/AM/2023 - COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA E DEMOGRAFIA:-----

-----Presente relatório de atividade em título, que a Assembleia Municipal tomou conhecimento.---

8.3 - PROPOSTA N.º 10/AM/2023 - COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE:-----

-----Presente relatório de atividade em título, que a Assembleia Municipal tomou conhecimento.

8.4 – PROPOSTA N.º 11/AM/2023 - COMISSÃO PERMANENTE DE SUSTENTABILIDADE:

MOBILIDADE, TERRITÓRIO E AMBIENTE:-----

-----Presente relatório de atividade em título, que a Assembleia Municipal tomou conhecimento.

9 - INFORMAÇÃO DAS COMISSÕES:-----

Comissão Permanente de Economia e Demografia:-----

-----O *presidente da Comissão, José Manuel Correia* informou que não há informações de nenhuma comissão sem ser da comissão que preside e lembrou que, atendendo à programação concertada com a edil, já foi enviada para todos, até ao final do ano as datas de todas as reuniões das comissões e das sessões da Assembleia Municipal. -----

-----Concretamente no que se refere à Comissão de Economia e Demografia, informou que no dia 20 de maio, às 15 h no CAERO haverá a segunda a sessão temática sobre o “Cluster alimentar do concelho”, para a qual, sendo uma sessão extraordinária, serão convocados esperando a participação de todos. -----

-----Deu nota ainda que brevemente convocará uma reunião para acertar os pormenores do programa e na semana seguinte, fará uma reunião conjunta com a comissão permanente líderes para ajustes que se mostrem necessários. -----

-----Por último informou que os serviços já receberam seis propostas de diferentes empresas, algumas bem interessantes, salientando a importância das mesmas, pois apesar de não serem muitas, traduzem a preocupação de alguns empresários, e na sessão temática estas propostas serão apresentadas, discutidas e votadas por todos os participantes, ou seja, pelos empresários, membros da assembleia e executivo. As propostas aprovadas serão depois vertidas em recomendações que serão agendadas e votadas na sessão ordinária de junho. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

10 - PROPOSTA N.º 12/AM/2023 - APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:---

-----Presente informação em título datada de 20/04/2022, reportada ao período entre 01/02/2022 e 31/03/2023 que a nível da situação financeira do município, dá nota do total de disponibilidade no valor de € 7.820.203,90 e € 1.396.587,71 de dívidas a fornecedores. -----

-----No seguimento de intervenções em sessões anteriores, a *deputada municipal Marta Geraides*, lembrou que o relógio da Rua Ricardo Belo ainda não está a funcionar e também não foi retirado. -----

-----Deu também nota da necessidade de se equacionar um acesso superior para a zona do supermercado ALDI e do futuro Mercadona que ainda está em construção, uma vez que tem visto muitas pessoas vindas do Terminal Rodoviária a atravessar aquela zona a pé. -----

-----Também sobre a segurança dos peões, a *deputada municipal Ana Teresa Carvalho*, alertou que a população do Paul, para aceder à paragem que se encontra do outro lado da EN9, tem que

atravessar esta via que tem 4 faixas, sem passadeiras, sem semáforos e sem passagem superior. Também acha que o acesso até Torres Vedras tem que ser melhorado, quer próximo da Euroloijas, quer em todo o circuito de entradas e saídas do COM, já que a população desta localidade maioritariamente passa por ali para não ter que inverter a marcha.-----

-----A sua última questão prende-se com o próprio paúl, assunto que já abordou em intervenções anteriores, e que apesar de então ter sido resolvido, lamentavelmente, todo o ecossistema voltou a ser destruído, mas tem conhecimento que há por parte da ARH indicações para que a situação seja restabelecida. Para além da questão do ecossistema e do ambiente, também é um problema de proteção civil, porque se as águas na altura de inundações e cheias, não encaixam ali, vão parar à estrada, dificultando o acesso das pessoas ao litoral do concelho. -----

-----O *deputado municipal Ilídio Gomes* no âmbito das obras da linha dos Oeste questionou se a câmara municipal já tem respostas acerca da moção aprovada referente ao túnel da Abrunheira no Ramalhal e qual o ponto de situação do viaduto e da deslocação do apeadeiro de Runa, até porque sabem que as obras estiveram ou estão paradas.-----

-----Começando pelas questões da deputada Marta Geraldês, a **presidente da Câmara** explicou que está prevista a remoção do relógio para breve e relativamente à possível construção de uma ponte pedonal na zona do ALDI, uma vez que esta também é uma preocupação do executivo já entraram em negociações, mas ainda sem nada em concreto. -----

-----No que concerne ao atravessamento na zona do Paul, a passagem superior é uma hipótese falada muitas vezes, mas não é da competência da autarquia, e informou que está prevista a construção de passeios para a melhoria dos acessos a Torres Vedras. -----

-----Relativamente ao “paúl” esclareceu que a Agência Portuguesa do Ambiente fez a fiscalização e a notificação do proprietário para a reposição daquilo que foi alterado, e informação às entidades responsáveis, mas não são efetivamente situações fáceis de resolver quando se fazem intervenções daquele tipo sem que haja, previamente, pedidos de autorização para o efeito. -----

-----Quanto à Linha do Oeste, nesta altura não tem qualquer resposta relativamente à questão do túnel do Ramalhal, mas a situação de Runa está assente e estabilizada, quer a do apeadeiro, quer da passagem superior assim como a da localização da subestação de tração. No que se refere às obras confirmou que estão a avançar lentamente, mas há algum avanço.-----

-----Ainda para falar de acessibilidade pediu a palavra o *deputado municipal Rui Prudêncio* para dar nota falta de segurança para os peões na saída do Barro, pela opção de passar debaixo da ponte, que tem um viaduto, e urge tomar medidas. Também na própria entrada do Barro, a seguir à rotunda existe um sinal limitador de velocidade, que acaba assim que chegam à sede do grupo desportivo ou seja, têm de ir a 30 a entrar na vila e depois dentro da vila podem ir a 50. -----

-----A *deputada municipal Ana Paula Mota* alertou para a morosidade dos processos para fazer

obras, o que leva, por vezes, às pessoas a desistir de restaurar edificações existentes ou e de construir nos terrenos, como é o caso na Carvoeira, a freguesia onde reside e tem conhecimento que isso se passa. Com os problemas de falta de habitação que aflige sobretudo a população mais jovem solicitou a incrementação de algumas políticas para dar mais celeridade a esses processos.-----

-----Depois aludiu à EN9, que ficou muito melhor depois das obras, mas há situações que ficaram pendentes, tais como a rotunda do Jorge Pires e alguns passeios, questionando se há desenvolvimentos, aproveitado para alertar que a rotunda da Espera, continua na escuridão, sendo apenas iluminada pelo monumento aos lutadores que foi recentemente construído.-----

-----Relativamente à Linha do Oeste, pediu também a palavra o *presidente de junta de freguesia do Ramalhal, António Espírito Santo* lamentando que há uma tendência por parte da IP para demorar a dar as suas respostas e solicitou à câmara municipal que vá insistindo para não perderem esta oportunidade e possam alcançar os objetivos que pretendem. Acrescentou que tem acompanhado as obras da linha de perto, nomeadamente, devido aos problemas com os movimentos de terras que se têm verificado, especialmente na zona de Casais Larana e têm causado alguns problemas à povoação e degradação de algumas vias.-----

-----Ainda sobre o tema da acessibilidade, pediu de novo a palavra a *deputada municipal Ana Teresa Carvalho* para alertar que não há segurança para que os peões venham a pé da Serra da Vila para a cidade e sabendo que a construção de ciclovias em Torres Vedras foi um passo importante, tem que se pensar de forma mais alargada de modo a que quem queira, possa deslocar-se a pé entre localidades e não só dentro da cidade.-----

-----Alertou ainda que aquando do licenciamento das obras deve ser tida em conta a dimensão das estradas de forma a permitir a construção passeios ou no limite, uma margem lateral para que os peões circulem em segurança. Isso acontece também com muitos muros e vedações que são feitas no limite do asfalto e não deixam absolutamente espaço nenhum para as pessoas.-----

-----Assim pensa que a mobilidade deve ser pensada abrangendo todo o concelho, numa visão transversal ao ordenamento do território e ao traçado das vias aquando do licenciamento das habitações.-----

-----Terminadas as intervenções, foi dada a palavra à *presidente da Câmara* que relativamente às questões de urbanismo esclareceu que o atraso nos licenciamentos tem sido um problema, que não é exclusivo do município, mas os serviços têm mais técnicos, reorganizaram-se e estão a funcionar já de uma forma mais célere.-----

-----Aproveitou para dar nota a União de Freguesias de Carvoeira e Camões é um exemplo no que concerne ao levantamento do edificado que está sua Área de Reabilitação Urbana, que possa ser objeto, quer de aquisição, quer de arrendamento, ou até de recuperação pelos próprios

proprietários, que será muito útil para promover a atratividade de pessoas para esta união de freguesias. -----

-----O **presidente da Assembleia** informou que brevemente irá acompanhar a presidente da Câmara a uma reunião com o Secretário de Estado da Mobilidade e Infraestruturas, sobre a questão da portagem da A8, a do túnel do Ramalhal, a estrada do Maxial e mais outras situações pontuais, esperando que o secretário de estado depois tenha o cuidado de levar os assuntos à IP no sentido do melhor possível.-----

-----O **deputado municipal António João Bastos** disse que questão do Paul, no seu entender passa pela reformulação da rotunda, porque está mal feita. No Plano Diretor Municipal de Torres Vedras ainda em vigor, está no sítio certo, ou seja, em frente da Rua dos Plátanos e a estrada que vinha de Matos Velhos entroncava ali, mas na altura, a Câmara deixou-se enganar pelas Estradas de Portugal.-----

-----A solução passa pela reformulação da rotunda, e não pela construção de uma passagem superior, porque permite que o autocarro venha apanhar os passageiros dentro do Paul e torne a sair, já que a passagem superior é difícil de operacionalizar devido à lei das acessibilidades, se tiver elevador tem problemas de manutenção e se tem rampas, estas têm que ser infinitas, e se vão falar com o secretário de estado, devem expor também esta opção. -----

-----Sobre os acessos da Paul para Torres Vedras, junto à EN9, lembrou que na altura em que a estrada foi reformulada, sugeriu que fizessem um estudo para uma ciclovia paralela à estrada.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS:-----

10.1 - PROPOSTA N.º 13/AM/2023 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021):-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela Câmara Municipal:-----

-----Ofício número 1146 de 07/03/2023 – deliberação de 28/02/2023. -----

-----1 – Processo CT//122/2023 - Requerimento CT/907/2023 – Cristina Maria R. Leal e Silva Antunes – parcela de terreno com a área de 429,65 m², sita na Rua dos Moinhos, Gondruzeira, Freguesia de Ponte do Rol, para benefício da via pública a retirar do prédio inscrito na matriz sob o artigo 81.º, secção “1-A”, da freguesia de Ponte do Rol, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 1510 da Freguesia de Torres Vedras (Santa Maria do Castelo, e S. Miguel) extinta, distribuídas pelas seguintes parcelas: Parcela 1 (Rua da Serra) – com a área de 209,20m² e Parcela 2 (Rua dos Moinhos) – com a área de 220,45m²; às quais foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 2.148,25, arredondado nos termos do ponto

2, do artigo 38.º, do CIMI passando o valor a ser de € 2.150,00. -----

-----2 – Processo ED/660/2022 – Requerimento ED/12271/2022 – Esboço Flutuante – Unipessoal Lda. – parcela de terreno com a área de 51,60m², sita na Rua da Pena Seca, 14, Bonabal, Freguesia de Ventosa, para benefício da via pública, a retirar do prédio inscrito na matriz sob o artigo 5514-P, da Freguesia de Ventosa, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2298, da citada freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 258,00, arredondado nos termos do CIMI passando o valor a ser de € 260,00.-----

-----3 – Processo CT/126/2023 – Requerimento CT/959/2023 – TVPAR – Parques Empresariais de Torres Vedras, SA – parcela de terreno com a área de 4.564,97m², sita em Paúl, freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, para benefício da via pública (Caminho Municipal 2012-2, denominado Rua Casal do Contador), que serão retirados do prédio inscrito na matriz sob o art.º 60, secção “E” da freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, e descrito na Conservatória do registo Predial de Torres Vedras com o n.º 228, da freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago) extinta, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 22.824,85, arredondado nos termos do CIMI passando o valor a ser de € 22.830,00. -----

-----4- Processo ED/281/2022 – Requerimento ED/12006/2022 – IRMADONA - Supermercados Unipessoal, Lda. – Duas parcelas de terreno, uma com a área de 206 m² a norte e outra com a área de 84 m² a sul (e não 108,7 m² conforme proposto pelo requerente por o município não ter interesse) a retirar do prédio sito em Alpilhão, Torres Vedras, freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, destinada a passeios e arruamentos, que será retirado da parte rústica do prédio misto, inscrito na matriz com o n.º 42, secção “DD” (parte), da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 7790, da Freguesia de Torres Vedras, S. Pedro e Santiago, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.450,00. -----

-----5 - Processo de Obras ED/566/2022 – Requerimento ED/8496/2022 – Carla Sofia Policarpo Antunes – Construção de Habitação Unifamiliar e Muro – Rua da Fonte da Patouguia – Monte da Oureça – Moçafaneira – Freguesia da Ventosa – parcela de terreno com a área de 51,50m² que serão retirados do prédio inscrito na matriz sob o artigo 5506º da Freguesia de Ventosa e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 888, da referida Freguesia. Para efeitos de atribuição de valor à parcela de terreno, acima descrita, considera-se um custo unitário de €5,00 o que perfaz um valor total de € 257,50 que deverá ser, nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI, arredondado, passando a ser € 260,00.-----

-----6 - Processo de Obras ED/575/2022 – Requerimento ED/8674/2022 – João António Roque dos Santos – Demolição de 3 Edificações Existentes Destinadas a Arrecadação para Construção de Moradia Unifamiliar – Travessa dos Luzios, n.º 3 – Casas Novas – Silveira – Freguesia de

Silveira – parcela de terreno com a área de 12,00m², para requalificação da via, que serão retirados do prédio inscrito na matriz sob o art.º 5856, da Freguesia de Silveira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 4406, da mesma freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz o valor de € 60,00. -----

-----Ofício número 1273 de 16/03/2023 – deliberação de 14/03/2023 -----

-----1 – Processo CT/30/2023 – Requerimento CT/290/2023 – Total Income – Sociedade Imobiliária, Unipessoal, Lda. – parcela de terreno, com a área de 501m², sita em Alto dos Moinhos, Carrascais do Casalinho, A-dos-Cunhados, destinados a requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 54.º, secção “00”, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 122, da Freguesia de A-dos-Cunhados (extinta), à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 2.505,00, valor arredondado nos termos do CIMI, para € 2.510,00. -----

-----2 – Processo CT/32/2023 – Requerimento CT/319/2023 – Carvalho & Vargas, Lda. – parcela de terreno, com a área de 543m², sita em Rua dos Santos, Campelos, União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, destinados a requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 89.º, secção “F”, da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1161, da Freguesia de Campelos (extinta), à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 2.715,00, valor arredondado nos termos do CIMI, passando a ser de € 2.720,00. -----

-----3 – Processo CT/206/2023 – Requerimento CT/1830/2023 – Gesandrade Unipessoal, Lda. – parcela de terreno, com a área de 242,08m², sita em Rua 1º de Maio, Sarge, freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, destinados a requalificação da via pública, a retirar da parte rústica do prédio misto, inscrito na matriz sob o artigo 117.º, secção “P”, da Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 5699, da Freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago) (extinta), à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.210,40, valor arredondado nos termos CIMI, para € 1.220,00. -----

-----4 - Processo ED/90/2021 – Requerimento ED/6524/2022 – Bruno Pereira Santos e Outra – parcela de terreno, com a área de 199,00m², sita em Travessa do Facho, Assenta, freguesia de S. Pedro da Cadeira, destinados a requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico, inscrito na matriz sob o n.º 4.º, secção “Y”, da Freguesia de S. Pedro da Cadeira, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 116, da citada Freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 995,00, valor arredondado nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI, passando a ser de € 1.000,00. -----

-----5 - Processo ED/551/2021 – Requerimento ED/6882/2021 - Cátia Sofia Lopes Salvado Coelho – parcela de terreno com a área de 68,00m² para requalificação da Rua da Ladeira e Rua das

Tulipas, a retirar do Prédio urbano inscrito na matriz sob o art.º 2304, da Freguesia de Silveira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 6748, da mesma freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 340,00. -----

-----6 - Processo ED/146/2021 – Requerimento ED/1852/2021 - José da Cunha Jorge - parcela de terreno com a área de 108,15 m² a retirar do prédio descrito na matriz com o n.º 5760 Urbano, da Freguesia de A-dos-Cunhados, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3322, da mesma freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 540,75, arredondado para € 550,00, nos termos do CIMI. -----

-----7 - Processo ED/455/2022 – Requerimento ED/6641/2022 – José Alberto Ventura das Neves - parcela de terreno com a área de 8,00m², para requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 2403.º da freguesia de Carvoeira e Carmões, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 2760, da freguesia de Carvoeira, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 40,00. -----

-----8 - Processo ED/683/2022 – Requerimento ED/10615/2022 – Inês Alexandra Serra Gonçalves - parcela de terreno com a área de 3,95 m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio inscrito na matriz sob o art.º 377º União das freguesias de Maxial e Monte Redondo e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 414 da Freguesia de Monte Redondo, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 19,75, arredondado para € 20,00, nos termos do ponto 2, do artigo 38.º, do CIMI. -----

-----9 - Processo ED/546/2022 – Requerimento ED/8071/2022 – Edgar Rodrigues Paulo - parcela de terreno com a área de 4,33m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano descrito na matriz com o n.º 7076-P, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 9573, da Freguesia A-dos-Cunhados, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 21,65, arredondado para € 30,00, nos termos do ponto 2, do artigo 38.º, do CIMI. -----

-----10- Processo D4/27/2016 – Requerimento D4/1841/2023 – Jorge Ferreira & Filhos – Serviços de Máquinas e Camiões, Lda., a câmara deliberou revogar a deliberação da reunião de 20/09/2016, através da qual aceitou a integração no domínio público da área de 180,00m² de terreno destinados ao alargamento da via pública (C.M. 1055) a desanexar do prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 437, da freguesia de Ponte do Rol, inscrito na matriz predial rústica sob o art.º n.º 37, seção “D” e na matriz predial urbana sob o art.º n.º 1134, ambos da dita freguesia e aceitou a cedência da mesma área de terreno, num total de 180,00m², para integração no domínio público destinados ao alargamento da via pública (C.M. 1055), a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres

Vedras sob o n.º 2335, da freguesia de Ponte do Rol, com área total de 6008,00m², inscrito na matriz predial urbana sob o art.º n.º 2639, da mesma freguesia. -----

----- 11 - Processo CT/134/2023 – Requerimento CT/1014/2023 – Maria Eugénia Chaves Morgado – cedência de uma parcela com a área de 194m², sita em Vinha do Moinho – Freixofeira, freguesia de Turcifal, que será retirada do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 20 da secção “R” da freguesia do Turcifal e descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras sob o n.º 1527 da referida freguesia de Turcifal, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 970,00. -----

-----Ofício número 1630 de 3/04/2023 – deliberação de 28/03/2023-----

-----1 - Processo CT/160/2023 – Requerimento CT/1282/2023 – Fábrica da Igreja Paroquial do Turcifal – parcela de terreno, com a área de 887m², sita em Mugideira, freguesia de Turcifal, destinados a requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 79.º, secção “C”, da Freguesia de Turcifal e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 4050, da referida freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 4.435,00, valor arredondado nos termos do CIMI, passando a ser de € 4.440,00. -----

-----2 - Processo de obras ED/53/2022 – Requerimento ED/765/2022 – Vânia Sofia Faria Gomes Cunha – parcela de terreno com a área de 871,20m² que serão retirados do prédio inscrito na matriz sob o artigo 83.º da secção “P”, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 7202 da Freguesia Torres Vedras (S. Pedro e Santiago), à qual foi atribuído um valor unitário de € 5,00/m² o que perfaz um valor total de € 4.356,00, que nos termos do CIMI, deverá ser arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, passando a ser de € 4.360,00. -----

-----3 - Processo de obras ED/492/2022 – Requerimento ED/7232/2022 – Marcelo Silva Feijão – parcela de terreno com a área de 218,10m² para requalificação da via pública, assim distribuídos: - parcela de terreno com 177,00m² para a Avenida de São Paulo e; parcela de terreno com 41,10m² para a Rua Nossa Senhora de Fátima, que serão retirados do prédio urbano inscrito na matriz sob o art.º 826, da União das freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o 3804, da freguesia de Campelos à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.090,50, arredondado nos do CIMI, passando o valor a ser de € 1.100,00. -----

-----4 - Processo de obras ED/779/2022 – requerimento ED/12060/2022 – Vítor Hugo Conceição Rebelo – parcela de terreno com a área de 255m² que serão retirados do prédio rústico inscrito na matriz com o n.º 48, secção “2F”, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1519, da freguesia de Matacães, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.275,00,

arredondado nos termos do CIMI, passando a ser de € 1.280,00.-----

-----5 - Processo CT/327/2023 – Requerimento CT/2822/2023 – Maria do Rosário Custódio Franco Gonçalves - parcela de terreno com a área de 436,00m², para benefício da via pública (Rua António Franco), a retirar da parte rústica do prédio misto inscrito na matriz sob o n.º 13, secção “LL”, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 7905, da freguesia de A-dos-Cunhados, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², perfazendo o valor de € 2.180,00.-----

-----6 - Processo de obras ED/246/2019 – Requerimento ED/1655/2023 – Maria Dulce Sousa Santos revogar a deliberação de 17/03/2020, relativa à cedência de 7m² para domínio público e aceitar a cedência de uma parcela de terreno com a área de 22m², para requalificação da via pública, assim distribuída: 7,00m² para requalificação da Rua Casal da Queimada; e 15,00m² para requalificação da Rua Manuel Pedro, as quais serão retiradas do prédio urbano inscrito na matriz sob o art.º 2611, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 2116 da freguesia de Torres Vedras (Santa Maria do Castelo e S. Miguel), à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 110,00.-----

-----Ofício número 1818 de 13/04/2023 – deliberação de 11/04/2023 -----

-----1 – Processo OP/5/2019 - Requerimento OP/10043/2022 – Álvaro Matias – parcela de terreno com a área de 170m², situada na Rua do Seixo, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, para requalificação de arruamento, a retirar do prédio urbano, inscrito na matriz sob o art.º 289.º, da União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 343, da freguesia de A-dos-Cunhados (extinta) à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 850,00.-----

-----2 - Processo de obras ED/184/2021 – Requerimento ED/11530/2022 – Melania Jeanne da Silva Deaver - parcela de terreno, com a área de 18,30m², sita em Rua Principal de Alfeiria, União de freguesias de Carvoeira e Carmões, destinados a requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 45.º, secção “1D”, da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 612, da freguesia de Carmões, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 100,00, arredondado nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI.-----

-----3 - Processo de obras ED/1501/1976 - Requerimento: ED/11449/2022 - Artur Gomes Da Silva Luz – parcela de terreno, situada, em Casal da Sarpegeira, n.º 8 Casal da Sarpegeira, Freguesia Ventosa, com a área de 165,00 m² a retirar do prédio urbano descrito na matriz com o n.º 5411, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3482, ambos da Freguesia de Ventosa, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor

- total de € 830,00, arredondado nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI.-----
- 4 - Processo de obras ED/538/2021 - Requerimento: ED/6701/2021 - Canaliserviços - Trabalhos de canalização, manutenção e limpezas, Lda. – parcela de terreno, situada em Casal Porto do Rio - São Pedro da Cadeira - Freguesia de São Pedro da Cadeira, com a área de 59,50m2 para requalificação da via pública, a retirar do prédio urbano inscrito na matriz sob o art.º n.º 5008 da Freguesia de São Pedro da Cadeira, e descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 263, da mesma freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m2, o que perfaz um valor total de € 297,50, arredondado para € 300,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI.-----
- 5 - Processo DE Obras ED/89/2022 – Requerimento ED/1275/2022 – Eric Goraieb – parcela de terreno, situada na Rua Da Cruz, Maceira, União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 41,05 m², que serão retirados do prédio Urbano e inscrito na matriz com o n.º 2397, da União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 393, da Freguesia de Maceira, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m2 o que perfaz um valor total de € 210,00, arredondado nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI.-----
- 6 - Processo de obras ED/234/2022 - Requerimento: ED/2961/2022 - GDA - Gestão e Distribuição Automóvel SA – parcela de terreno, situada na Avenida Carlos Lopes em Torres Vedras, Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área de 68,00m2 para requalificação da área de passeio da Avenida Carlos Lopes, a retirar do prédio urbano inscrito na matriz sob o art.º 4384, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, e descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 4891, da Freguesia São Pedro e Santiago, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m2, o que perfaz um valor total de € 340,00.-----
- 7 - Processo de obras ED/507/2022 – Requerimento ED/7432/2022 – Maria de Fátima Agapito Lino Abreu – parcela de terreno, situada na Rua Nossa Senhora da Graça em Santa Cruz, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 485,00m2 que serão retirados do prédio inscrito na matriz sob o artigo 2º, da secção MM, da União das freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 4374 da Freguesia de A-dos-Cunhados, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m2, o que perfaz um valor total de € 2.425,00, arredondado para € 2.430,00, nos termos do CIMI.-----
- 8 - Processo de obras ED/535/2022 - Requerimento: ED/7885/2022 - Jovilau, Ld.^a – parcela de terreno, situada na Rua Heitor Bernardes Botado em Turcifal, Freguesia do Turcifal, com a área de 338,40 m2 para requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico inscrito na matriz sob o art.º 106 da secção L, da Freguesia de Turcifal, e descrito na Conservatória do Registo

Predial de Torres Vedras, sob o n.º 2167, da mesma freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m2, o que perfaz um valor total de € 1.692,00, arredondado para 1.700,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI.-----

-----9 - Processo de obras ED/597/2022 – Requerimento ED/9156/2022 – Tatiana Marisa Dos Santos Antunes – parcela de terreno, situada na Travessa dos Carpinteiros, Brejenjas, Freguesia de Silveira, com a área de 16,35 m², que serão retirados do prédio rústico inscrito na matriz sob o n.º 171, secção “D”, da Freguesia de Silveira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 5178, da citada Freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m2 o que perfaz um valor total de € 90,00, arredondado nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI.-----

-----10 - Processo de obras ED/629/2022 – Requerimento ED/9773/2022 – Olga Santos Silva – parcela de terreno, situada em Valigotos, Alto do Ameal, Freguesia de Ramalhal, com a área de 33m2 que serão retirados do prédio urbano inscrito na matriz com o n.º 3651 da freguesia de Ramalhal e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1361, da citada Freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m2, o que perfaz um valor total de € 165,00, arredondado para € 170,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI.-----

-----11 - Processo de obras ED/638/2022 – Requerimento ED/9948/2022 – Ana Scheitzach – parcela de terreno, situada, na Rua do Alecrim, 1, Brejenjas, Freguesia de Silveira, com a área de 33,75m2, para requalificação da via pública, que serão retirados do prédio urbano e inscrito na matriz com o n.º 516, da freguesia de Silveira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 6501, da referida freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m2, o que perfaz um valor total de € 168,75, arredondado para € 170,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI.-----

-----12 - Processo de obras ED/703/2022 - Requerimento: ED/10909/2022 - António Antunes – parcela de terreno, situada na Rua Entre Pinhais, n.º 2, Casal das Naculas, Freguesia Silveira, com a área de 15,85m2 a retirar do prédio urbano inscrito na matriz da Autoridade Tributária e Aduaneira sob o artigo 9239, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, com o n.º 8436 ambos da Freguesia de Silveira, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m2, o que perfaz um valor total de € 79,25, arredondado para € 80,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI.-----

-----13 - Processo de obras ED/748/2022 - Requerimento: ED/11570/2022 - Rogério de Almeida Lopes – parcela de terreno, situada na Rua do Salgueiral, Boavista Olheiros, Freguesia Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área de 32m2 para requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico inscrito na matriz com o n.º 65 Rústico, secção U, (parte) da Freguesia de Santa Maria S. Pedro e Matacães, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob

o n.º 4459, da freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago), à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 160,00.-----

-----14 - Processo de obras ED/752/2022 - Requerimento: ED/11672/2022 - Anaiara Alves de Miranda – parcela de terreno, situada na Rua do Pinhal, n.º 1, Casal dos Arneiros, Freguesia Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área de 32,00 m² a retirar do prédio descrito na matriz com o n.º 9718, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 7689, da Freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago), à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de €160,00. -----

-----15 - Processo de obras ED/776/2022 – Requerimento ED/12021/2022 – Ana Catarina Lourenço Pedro – parcela de terreno, situada na Rua do Valigoto, Sarge, Freguesia de Santa Maria, São Pedro 3 Matacães, com a área de 27,30m², para beneficiação da via pública, que serão retirados do prédio urbano inscrito na matriz com o n.º 10005, da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 8756, da Freguesia Torres Vedras (S. Pedro e Santiago), à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 136,50, arredondado para € 140,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI.-----

-----16 – Processo DE Obras ED/777/2022 - Requerimento: ED/12042/2022 - Valdemar Feliciano Ferreira – parcela de terreno, situada, no Bairro dos Sobreirinhos em Maceira, União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 83,40m² para requalificação da via pública, a retirar do Prédio rústico inscrito na matriz sob o art.º 28 secção L, da Freguesia de A dos Cunhados e Maceira, e descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 2581 da freguesia de A-Dos-Cunhados, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 417,00, arredondado para € 420,00, nos termos do CIMI.-----

-----17 - Processo de obras ED/51/2023 - Requerimento: ED/923/2023 - Hélio Manuel Martins de Matos – parcela de terreno, situada na Estrada Principal, Portela do Bispo, União das Freguesias de Dois Portos e Runa, com a área de 73,65m² para requalificação da via pública (CM1092), a retirar do Prédio rústico inscrito na matriz sob o art.º 72, da Freguesia de Dois Portos e Runa, e descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 560, da Freguesia de Dois Portos, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 368,25, arredondado para € 370,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI.-----

-----18 Processo CT/120/2023 – Requerimento CT/897/2023 – Município de Torres Vedras – parcela de terreno, situada em Casais do Matadouro, Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, com a área de 28,80m², que serão retirados do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n. 2356.º, da Freguesia de S. Pedro e Santiago, S. Maria e S. Miguel, e Matacães, e

descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 7568, freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago), à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m2, o que perfaz um valor total de €144,00, arredondado para € 150,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI. -

-----19 - Processo de obras ED/220/2019 - Requerimento: ED/10338/2022 - Paulo Jorge Lopes dos Santos – parcela de terreno, situada na Rua do Pinhal Ventoso, Casalinhos de Alfaiata, Freguesia da Silveira - Revogar a deliberação tomada pelo executivo em reunião de 18/12/2018, no que se refere à área de cedência ao domínio público, no âmbito do processo OP/25/2018, e aceitar a cedência ao domínio público para requalificação da via, de uma parcela com a área de 30,10m2, a retirar do prédio rústico inscrito na matriz sob o art.º 214 secção J, da Freguesia de Silveira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 4922, da mesma freguesia. -----

-----A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

10.2 - PROPOSTA N.º 5/AM/2023 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE APOIOS A FREGUESIAS (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021): -----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre apoios a atribuir às freguesias:-----

-----Ofício número 1629 de 03/04/2023 – deliberação de 28/03/2023. -----

-----Atribuir os seguintes apoios financeiros, como compensação pela disponibilização gratuita de instalações e respetivos consumos de água e luz, para a realização das sessões de exercício físico, no âmbito do Programa Desporto Sénior 2022/2023, de 15/09/2022 a 30/06/2023:-----

-----União das Freguesias de A-dos-cunhados e Maceira - € 760,00-----

-----União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça - € 380,00-----

-----Junta de Freguesia da Silveira - € 380,00; e-----

-----Junta de Freguesia da Ventosa - € 380,00-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Manuel Correia, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelos 12.45h o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada pelo núcleo de apoio, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
